



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVII — Nº 002

QUARTA-FEIRA, 15 DE JANEIRO DE 1992

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 2ª SESSÃO, EM 14 DE JANEIRO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Leitura de Mensagens Presidenciais

— Nº 124 a 126/92, restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados.

— Nº 127 a 142/92, de agradecimento de comunicações.

1.2.2 — Aviso do Ministro do Trabalho e Previdência Social

Nº 2.001/92, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 841/91.

1.2.3 — Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União

— Nº 730-GP/91, referente à realização, no dia 11 do corrente mês, da eleição dos Ministros Carlos Átila Álvares da Silva e Élvia Lordello Castello Branco, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente daquele Tribunal.

1.2.4 — Leitura de Projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 1, de 1992, de autoria do Senador Pedro Simon, que cria o Conselho do Entendimento e do Desenvolvimento Nacional e dá outras providências.

1.2.5 — Requerimento

— Nº 2, de 1992, de autoria dos Senadores Oziel Carneiro e Coutinho Jorge, solicitando homenagens de pesar

pelo falecimento do ex-Senador Catete Pinheiro. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Oziel Carneiro e Coutinho Jorge, tendo a Presidência se associado às manifestações do Plenário.

1.2.6 — Discurso do Expediente

SENADORA JÚNIA MARISE — Defesa da realização de uma reunião extraordinária da Sudene, em face da seca que assola o norte do Estado de Minas Gerais.

SENADOR FLAVIANO MELO — Comunicando o retorno de S. Exª aos trabalhos legislativos da Casa.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA — Situação da Previdência Social.

SENADOR ALMIR GABRIEL — Considerações sobre o projeto de iniciativa do Sr. Presidente da República, que aumenta as contribuições à Previdência Social.

SENADOR PEDRO SIMON — Votação, pelo Senado Federal, da matéria a qual se referiu o orador anterior.

SENADOR EDUARDO SUPLICY — Necessidade de ética no trato da coisa pública.

1.2.7 — Comunicações da Presidência

— Realização de reunião da Comissão Representativa e de sessão ordinária do Senado Federal, amanhã, às 11 horas e às 14 horas e 30 minutos, respectivamente.

1.3 — ENCERRAMENTO

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****PASSOS PORTO**

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 3.519,65

Tiragem 2.200 exemplares.

Ata da 2ª Sessão, em 14 de janeiro de 1992**3ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 49ª Legislatura***Presidência dos Srs. Mauro Benevides, Rachid Saldanha Derzi e Lucídio Portella***ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Afonso Camargo – Alexandre Costa – Alfredo Campos – Aluizio Bezerra – Antonio Mariz – Chagas Rodrigues – Coutinho Jorge – Dario Pereira – Eduardo Suplicy – Elcio Álvares – Esperidião Amin – Epiácio Caldeira – Fernando Henrique Cardoso – Humberto Lucena – Hydekel Freitas – Iram Saraiva – João França – João Rocha – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – Júnia Marise – Lourival Baptista – Lucídio Portella – Magno Bacelar – Mansueto de Lacerda – Mário Covas – Maurício Corrêa – Mauro Benevides – Moisés Abrão – Nabor Júnior – Nelson Carneiro – Nelson Wedekin – Ney Maranhão – Oziel Carneiro – Pedro Simon – Rachid Saldanha Derzi – Ronaldo Aragão – Ronan Tito – Ruy Bacciar – Flaviano Melo – Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A lista de presença acusa o comparecimento de 41 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE**MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

— Nº 124, de 1992 (nº 844/91, na origem), de 26 de dezembro passado, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 71, de 1991-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$2.129.316.000,00, para os fins que especifica, e que se transformou na Lei nº 8.332, de 26 de dezembro de 1991;

— Nº 125, de 1992 (nº 18/92, na origem), de 9 de janeiro corrente, restituindo, autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 1991 (nº 2.153/91, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a instituir como fundação pública a Coorde-

nação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES, e dá outras providências, e que se transformou na Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992;

— Nº 126, de 1992 (nº 19/92, na origem), de 9 de janeiro corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 1991 (nº 5.427/90, na Casa de origem), que dispõe sobre a publicação de informações relativas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social e pela Caixa Econômica Federal, e que se transformou na Lei nº 8.406, de 9 de janeiro de 1992;

— Nºs 127 a 133, de 1992 (nºs 815 a 821/91, na origem), de 23 de dezembro passado, de agradecimento de comunicações, referentes às matérias constantes das Mensagens SM nºs 422, 426, 428, 430, 433, 434 e 436/91, respectivamente.

— Nº 134 a 138, de 1992 (nºs 831 a 835/91, na origem), de 26 de dezembro passado, de agradecimento de comunicações, referentes às matérias constantes das Mensagens SM nºs 414 a 421, 425, 427, 429, 432 e 437 a 439/91;

— Nº 139, de 1992 (nº 862/91, na origem), de 27 de dezembro passado, de agradecimento de comunicações, referente à matéria constante da Mensagem SM nº 431/91;

— Nº 140, de 1992 (nº 3/92, na origem), de 3 de janeiro corrente, de agradecimento de comunicações, referente à matéria constante da Mensagem SM nº 480/91;

— Nºs 141 e 142, de 1992, de (nºs 9 e 10/91, na origem), de 7 de janeiro corrente, de agradecimento de comunicações, referentes às matérias constantes das Mensagens SM nºs 448, 449, 451, 483, 456, 445 a 447, 450 a 455, 462 a 464, 470, e 473 a 477/91.

AVISO DO MINISTRO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Nº 2.001/92, de 8 de janeiro corrente, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 841, de 1991, de autoria do Senador Eduardo Suplicy.

(Encaminhe-se cópia ao requerente).

**AVISO DO PREDIDENTE
DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO**

A Sua Excelência, o Senhor

Senador Mauro Benevides

DD. Presidente do Senado Federal

Brasília — DF

Aviso-circular nº 730-GP/91

27 de dezembro de 1991

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, em Sessão Especial realizada no dia 11 do corrente mês, foram eleitos os Ministros Carlos Átila Álvares da Silva e Elvia Lordello Castello Branco, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Tribunal, para o ano civil de 1992.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinta consideração. — **Adhemar Paladini Ghisi**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, DE 1992

Cria o Conselho do Entendimento e do Desenvolvimento Nacional e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É criado o Conselho do Entendimento e do Desenvolvimento Nacional — CONSEDEN incumbido de definir as diretrizes e bases para o planejamento e desenvolvimento nacional equilibrado, fundado no entendimento visando à justiça social.

Art. 2º O Conselho do Entendimento e do Desenvolvimento Nacional — CONSEDEN será integrado por representação tripartite do Governo Federal, dos empresários e dos trabalhadores urbanos e rurais, servidores públicos e profissionais liberais.

Art. 3º O Conselho do Entendimento e do Desenvolvimento Nacional — CONSEDEN, sob a presidência do Presidente da República, terá a seguinte composição:

1— Presidente da Confederação Nacional da Indústria — CNI;

2— Presidente da Confederação Nacional do Comércio — CNC;

3— Presidente da Confederação Nacional da Agricultura — CNA;

4— Presidente da Federação Nacional dos Bancos — FEBRABAN;

5— Presidente Nacional da Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil — ACVB;

6— Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras — OCB;

7— Presidente do Pensamento Nacional das Bases Empresariais — PNBE;

8— Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas — ABIMAQ;

9— Presidente da Central Única dos Trabalhadores — CUT;

10— Presidente da Central Geral dos Trabalhadores — CGT;

11— Presidente da Força Sindical — FS;

12— Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG;

13— Presidente da Confederação Nacional das Associações de Moradores — CONAM;

14— Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB;

15— Presidente da Associação Brasileira de Imprensa — ABI;

16— Presidente da Federação Nacional dos Servidores Públicos — FNSP;

17— Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas;

18— Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB;

19— Presidente da Ordem dos Ministros Evangélicos do Brasil;

20— Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento;

21— Ministro da Infra-Estrutura;

22— Ministro da Agricultura e Reforma Agrária;

23— Ministro da Educação;

24— Ministro da Saúde;

25— Ministro do Trabalho e da Previdência Social;

26— Ministro da Ação Social;

27— Secretário Nacional de Ciência e Tecnologia;

28— Secretário Nacional do Meio Ambiente;

29— Secretário Nacional do Desenvolvimento Regional.

Parágrafo único. Poderão participar das reuniões do Conseden, a convite do seu Presidente, os Presidentes dos partidos políticos legalmente constituídos e os dirigentes e líderes políticos do Congresso Nacional, assim como qualquer personalidade de destaque na vida nacional que contribua para suas finalidades.

§ 2º Poderão ser ouvidos, ainda, a critério dos seus membros, técnicos e especialistas em matérias relacionadas com as finalidades deste colegiado.

Art. 4º A política de desenvolvimento, definida em âmbito nacional, regional e setorial, terá em conta os princípios da ordem econômica, a distribuição equitativa da riqueza produzida, a melhoria da qualidade de vida da população e o desenvolvimento social e econômico equilibrado.

Art. 5º As diretrizes traçadas pelo Conseden serão consolidadas no Plano do Entendimento e do Desenvolvimento Nacional a ser encaminhado ao Congresso Nacional, por ocasião da remessa do Plano Plurianual, sendo revistas, anualmente, por ocasião da definição das diretrizes orçamentárias.

Art. 6º O Plano do Entendimento e do Desenvolvimento Nacional observará as peculiaridades regionais e setoriais e indicará as fontes dos recursos necessários à sua implementação.

Art. 7º O Conselho do Entendimento e do Desenvolvimento Nacional fará elaborar e aprovará, no prazo de sessenta dias da promulgação desta lei, as normas de seu funcionamento.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O restabelecimento do regime democrático, no País, coincidiu com uma fase de desequilíbrio econômico atribuído à crise do petróleo, a que se seguiu a crise da dívida externa, na qual continuamos a nos debater. Neste cenário, o Governo intentou séguídas buscas de um "pacto social", a exemplo

da Espanha, pacto esse rebatizado de "entendimento", "consenso" nacional e outros termos, nas sucessivas e frustradas vezes em que se tentou unir os esforços do poder público e da sociedade na superação da crise.

A cada frustração colhida no cantinho do entendimento, o Governo buscou saídas alternativas, apelando aos chamados "pacotes" de medidas, prática herdada do regime autoritário, que consistiu na edição de um conjunto de instrumentos jurídicos tendentes a superar ou contornar as dificuldades que se opunham aos propósitos da administração.

Baixados por decreto-lei e, em seguida à promulgação da Constituição de 1988, através de medidas provisórias, tais "pacotes" implicaram, no caso do decreto-lei, a abstenção do Congresso Nacional, uma vez que, não podendo ser modificados, mas tão-só referendados ou rejeitados, resultaram, em grande parte, aprovados por decurso de prazo. Já a medida provisória impõe o Legislativo a sobre ela se pronunciar favoravelmente, de vez que, rejeitada ou não examinada no prazo de 30 dias, resulta ineficaz desde sua edição, mas após produzir consequências de difícil reparação. Em um e outro caso, o Legislativo viu-se compelido a referendar uma situação de fato, criada pelo executivo à revelia sua e da sociedade.

Significativamente, as medidas assim tomadas revelaram-se ineficazes, até o momento, para debater a crise em que se debate a Nação brasileira, que, após a frustração do Plano Cruzado, tem se manifestado, a cada novo pacote, mais cética quanto a seus resultados a refratária a novas aventuras.

Desde que o Governo, na tentativa de alcançar seus intuitos, abriu mão da medida provisória e passou a valer-se do processo legislativo normal, frustrou-se, mais uma vez, exatamente por persistir na prática de produzir "pacotes" herméticos, sem consulta às entidades representativas da sociedade organizada, vale dizer: sem a obtenção de um prévio e amplo entendimento entre Governo e sociedade em torno das medidas a serem propostas ao exame do Legislativo. Esse alheamento das propostas em relação às expectativas e anseios da sociedade reflete-se, necessariamente, sobre os integrantes do Legislativo, que a representam. Daí resulta o estado de apatia, quando não de aversão, com que as proclamações do Executivo têm sido recebidas no Legislativo.

Vê-se, portanto, que estão esgotadas as medidas do facilitário político-administrativo até aqui experimentadas na busca de soluções para os magnos problemas de que se ressentem a nação.

O cientista político argentino Guillermo O'Donnell, em artigo publicado na revista *Novos Estudos* do Cebap (citado por Roberto Pompeu de Toledo, em seu artigo na revista *Veja* de 8-1-92, intitulado "A maldição dos pacotes"), distingue dois tipos de democracias, que se fazem representar por países da América Latina: a "democracia delegativa" e "democracia representativa".

O tipo "delegativo" — praticado no Brasil, Argentina e Peru — se caracteriza pelo poder à margem dos partidos políticos, pela aura "salvacionista" dos seus detentores e, conseqüentemente, pela sua tendência à busca dos "milagres" dos pacotes. As decisões, neste caso, costumam ser mais rápidas, porém implicam "alta probabilidade de erros, implementação incerta e altíssima concentração da responsabilidade pelos resultados, na figura do Presidente."

A "democracia representativa" se caracteriza pela tradição da representação partidária e das decisões partilhadas. Por coincidência ou não, envolve os países que mais rapidamente encontraram a estabilidade econômica: o Uruguai e

o Chile. Em contraposição ao que se verifica no tipo anterior, "a tomada de decisões, numa democracia representativa, é lenta e incremental, mas, por essa mesma razão, é normalmente vacinada contra erros grosseiros, as decisões têm uma chance razoável de serem implementadas e a responsabilidade por erros tende a ser amplamente compartilhada".

É este, precisamente, o tipo de democracia que desejamos alcançar, com nossa proposta de criação do Conselho do Entendimento e do Desenvolvimento Nacional — CONSEDEN. Através dele, queremos agregar um novo qualificativo que torne a democracia brasileira, além de representativa, também, participativa.

A Constituição Federal, em seu art. 174 e § 1º, respalda a criação do Conseden, quando determina:

"Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

§ 1º A lei estabelecerá as diretrizes e bases dos planejamentos e desenvolvimento nacional, equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento."

A Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, em seus art. 166 e seguintes, consagra o modelo participativo que ora submetemos ao exame do Congresso Nacional. Regulamentada e posta em prática pelo Governo Estadual, através do Conselho Estadual de Desenvolvimento, essa abordagem participativa já pôde revelar seus primeiros frutos na definição dos rumos político-administrativos da sociedade rio-grandense, apesar de todas as dificuldades do quadro econômico atravessado pelo País.

No final de novembro de 1991, o Governo de São Paulo constituiu o Fórum Paulista de Desenvolvimento, que delineou as propostas básicas para a recuperação da economia brasileira e a retomada do desenvolvimento. A proposta contempla as ações de emergência destinadas a uma reativação imediata da economia, com objetivos de curto, médio e longo prazos. Também oferece uma agenda para o entendimento nacional que arrola as ações de emergência necessárias ao atendimento dos objetivos fixados, compreendendo compromissos a serem assumidos como um conjunto e por curto período, por todas as partes envolvidas no entendimento, nos campos de: emprego, salários, preços, câmbio e comércio exterior, política monetária, política fiscal, e indexação de impostos, tarifas e títulos público, contratos, ativos financeiros, preços e salários. Sem entrar nos detalhes da proposta do Fórum paulista, parece-nos adequado seu exame, como proposta inicial e ponto de partida para o entendimento a nível nacional, a cargo do Conseden.

Sentado à mesa do entendimento, o Conseden — que congrega as entidades máximas representativas dos mais diversos setores da sociedade, certamente, será o instrumento, até aqui ausente, que possibilitará ao Governo definir suas diretrizes e metas para o desenvolvimento, obtendo desse fórum privilegiado a tradução do consenso da sociedade em torno das medidas a serem implementadas. Então, já não haverá dificuldade em obter, do Congresso Nacional, a necessária aprovação aos instrumentos de planejamento previstos no art. 165 da Constituição Federal; o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual.

O Conselho do Entendimento e do Desenvolvimento Nacional será — estamos certos disso — o instrumento viabilizador do pacto, do entendimento ou do consenso que vem sendo perseguido pelo Governo desde a redemocratização do País. Através dele, a sociedade irá participar, discutir e se entender na busca de soluções para os magnoz problemas nacionais e, sobretudo, irá se comprometer com a implementação das medidas decorrentes desse entendimento.

É passada a hora da improvisação, das soluções tramadas em sessões herméticas de tecnocratas e empurradas goela abaixo do Congresso Nacional, que se vê na contingência de, não as aprovando, inviabilizar o Governo ou, aprovando-as, inviabilizar a Nação.

É chegada a hora de sentarem-se à mesa Governo e sociedade, através de suas entidades representativas e, com humildade discutirem suas diferenças, com firmeza defenderem seus pontos de vista, com generosidade fazerem-se concessões mútuas na busca do entendimento em torno de medidas que liberem o País das peias que o impedem de atingir a posição que — pela extensão e riqueza de seu território e pela grandeza do seu povo — merece ocupar no concerto das nações.

Imbuídos do firme propósito de encontrar o caminho da solução dos problemas nacionais, apelamos ao espírito público de Vossas Excelências no sentido de que deem à tramitação desta proposição a agilidade que o assunto merece, oferecendo-lhe seu apoio, introduzindo, se for o caso, alterações que lhe aperfeiçoem a forma e o conteúdo.

Sala das Sessões, 14 de janeiro de 1991. — Senador **Pedro Simon**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O projeto ora publicado será remetido à comissão competente para ter o seu trâmite iniciado a partir de 15 de fevereiro. (Pausa.)

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 2, DE 1992

Requeremos, nos termos dos artigos 218, 219, e 221, do Regimento Interno, as seguintes homenagens pelo falecimento do ex-Senador Catete Pinheiro

- a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;
- b) representação nos funerais;
- c) apresentação de condolências à família e ao Estado.

Sala das Sessões, 14 de janeiro de 1992. — Senador **Oziel Carneiro** — Senador **Coutinho Jorge**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Este requerimento depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

Antes de conceder a palavra ao nobre Senador Oziel Carneiro, autor do requerimento, a Presidência comunica à Casa que, no início da tarde de hoje, compareceu ao Campo da Esperança, a fim de participar do velório do corpo do ex-Senador Catete Pinheiro. Às 15 horas de hoje, será realizada missa de corpo presente do ilustre parlamentar que chefiou, inclusive, o Ministério da Saúde sendo uma das mais destacadas figuras do Congresso Nacional durante a época em que exerceu mandato eletivo. O seu sepultamento ocorrerá logo depois, às 16 horas, no Campo da Esperança, estando sendo velado na Capela Especial daquele Campo Santo.

Concedo a palavra ao nobre Senador Oziel Carneiro para encaminhar.

O SR. OZIEL CARNEIRO (PDS — PA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, faleceu ontem, aqui em Brasília, o Dr. Edward Catete Pinheiro, aos 80 anos de idade. Nascido em 27 de fevereiro de 1912, filho de José Antônio Pinheiro e Valdomira Catete Pinheiro, casado com S. Araceli Gonçalves Pinheiro.

Catete Pinheiro era formado em Medicina pela Faculdade de Pernambuco e especializado em sanitarismo. Teve uma brilhante atuação profissional que foi consagrada com a sua nomeação para Secretário de Saúde Pública do Estado do Pará e mais tarde como Ministro da Saúde do Governo Jânio Quadros.

Na atividade político-partidária, o Dr. Catete Pinheiro — como era conhecido na sua atividade política — exerceu com invulgar capacidade, por duas vezes, o mandato de prefeito de sua cidade natal, Monte Alegre, no meu Pará. Primeiramente, nomeado no período de 1939 a 1943 e, pela segunda vez, eleito, exerceu o mandato de 1951 a 1955.

O Sr. Valmir Campelo — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. OZIEL CARNEIRO — Ouço o aparte do nobre Senador Valmir Campelo.

O Sr. Valmir Campelo — Senador Oziel Carneiro, quero neste momento associar-me a V. Exª, ao Senado Federal, pela perda irreparável do eminente ex-Senador da República, Catete Pinheiro, homem correto, idôneo, grande Senador, grande representante pelo Estado do Pará. Brasília muito deve a S. Exª, porque durante vários anos, nobre Senador Oziel Carneiro, o ex-Senador honrou com brilhantismo a presidência da Comissão do Distrito Federal no Senado Federal, que trouxe grandes benefícios e desenvolvimento para o nosso DF. Assim, neste momento, quando não só o Pará, não só Brasília, mas o Brasil inteiro perde uma figura eminente como o Senador Catete Pinheiro, associe-me a V. Exª para que os meus votos de pêsames seja extensivos à família do ex-Senador.

O SR. OZIEL CARNEIRO — Agradeço a V. Exª, pelo seu aparte, incorporando-o ao meu pronunciamento.

Catete Pinheiro foi seguidamente eleito para vários mandatos: foi Deputado Federal; depois, por duas vezes, Deputado Estadual, inclusive assumindo o Governo do Pará, posteriormente, foi eleito Senador por duas legislaturas; e tivemos a honra de ter como seu suplente meu pai, Pedro Carneiro de Moraes e Silva.

Catete Pinheiro era um cidadão discreto, sério e de uma probidade exemplar. Faleceu ontem e deixa às gerações políticas, não apenas de meu Estado, mas do próprio Brasil, o exemplo da conduta simples e da austeridade que deve presidir a ação de um cidadão que faz a opção pela vida pública.

A história do Estado do Pará registrará a biografia do ilustre médico, ex-Governador, ex-Deputado, ex-Ministro e ex-Senador com o reconhecimento dos relevantes serviços que prestou ao nosso Estado.

Convivi com Catete Pinheiro e tive a honra e o privilégio de gozar da sua amizade, exatamente pelo relacionamento político que existia entre S. Exª e o meu falecido pai, uma vez que foram, também, além de colegas na chapa para o Senado, meu pai conviveu com S. Exª na Assembléia Legislativa do Estado do Pará, e também como membro da Executiva estadual do PTN.

Ao fazer este pronunciamento, Sr. Presidente e Srs. Senadores, desejo apresentar ao povo do meu Estado do Pará os meus sentimentos de pesar pelo passamento de Catete Pinheiro e, ao mesmo tempo, estender estes sentimentos de condolências à sua esposa, D. Araceli, e aos seus filhos, Edward, Milton, Roberto e Moema.

Encaminhei à Mesa requerimento solicitando a este Senado Federal, de cuja Comissão Diretora Catete Pinheiro foi o 4º Secretário, que apresente os votos de pesar à família do falecido, que faça constar em ata esses mesmos votos de pesar, e que também designe comissão representativa de nossa Casa para representar o Senado nos funerais de nosso saudoso Senador Edward Catete Pinheiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides). — Continua em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O Sr. Coutinho Jorge — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Coutinho Jorge, para encaminhar a votação.

O SR. COUTINHO JORGE (PMDB — PA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o Pará e, por que não dizer, o Brasil perdem um grande homem que honrou a vida pública paraense brasileira. Gostaria de apoiar esse requerimento do ilustre Senador Oziel Carneiro, que teve o privilégio de conviver com o grande Senador Catete Pinheiro, que otem nos deixou.

Lembro-me de que, ainda jovem, conheci Catete Pinheiro, que já era considerado um dos homens dignos da vida pública paraense. Lembro-me, perfeitamente, de que Catete Pinheiro foi prefeito da sua cidade, Monte Alegre, às margens do rio Amazonas. Durante vários anos, de 1939 a 1943 e de 1948 a 1950, elegeu-se nos vários pleitos para prefeito do seu município. Também foi eleito em outubro de 1950, suplente de Deputado Federal na legenda da Coligação Democrática Paraense.

Ocupou uma cadeira na Câmara Federal de junho a setembro de 1951, tendo ali integrado a Comissão de Serviço Público, e durante o Governo do General Alexandre Zacarias de Assunção, ou seja, de 1951 a 1956, foi Secretário de Saúde Pública no Pará.

No pleito de 1954, elegeu-se Deputado na Assembléia Legislativa paraense, na legenda do PSP, assumindo o mandato em fevereiro do ano seguinte. Foi Presidente da Assembléia Legislativa de 1955 a 1956 e ocupou o Governo do Pará, de forma interina, de janeiro deste último ano, substituindo o Governador Zacarias de Assunção, para presidir a eleição suplementar que indicou o novo Governador Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, empossado em 1956.

Catete Pinheiro foi reeleito para Assembléia Estadual em 1958, sempre na legenda da Coligação Democrática Paraense. Licenciou-se da Assembléia em fevereiro de 1961, para assumir o Ministério da Saúde, no Governo de Jânio Quadros, em 1961, saindo do Ministério quando da exoneração do então Presidente Jânio Quadros. A partir daí, retornou à Assembléia Legislativa paraense.

No pleito de 1962, elegeu-se Senador pelo Pará, mais uma vez pela legenda da Coligação Democrática Paraense.

Assumiu o mandato de Senador em fevereiro seguinte, e em março desse próprio ano passou a ser vice-líder do seu partido, o PTN, no Senado. Em 1964 e 1965, voltou a desempenhar essa vice-liderança.

Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 e a posterior implantação do bipartidarismo, ele se incorporou à chamada Arena. Foi 3º e 4º Secretário do Senado, membro das Comissões de Economia, Finanças, Redação Educação e Cultura e Presidente da Comissão de Saúde, em 1966, tornou-se membro do Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas, cargo que ocuparia até 1971, quando foi eleito Presidente dessa entidade.

Reeleito Senador em novembro de 1970 na legenda da Arena, assumiu em 1972 a presidência do Conselho Brasileiro de Educação para a Saúde e da Comissão Coordenadora de Estudos da Amazônia, da Arena, sendo ainda reeleito presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas. Foi também presidente da Comissão do Distrito Federal de 1971 a 1973 e da Comissão de Assuntos Regionais em 1975, atuou como membro efetivo das comissões de Redação, de Educação e Cultura e de Saúde e como suplente das comissões de Finanças, de Relações Exteriores e de Economia do Senado. Com a criação em setembro de 1975 da Fundação Milton Campos, da Arena, de pesquisas e estudos políticos, tornou-se o segundo vice-presidente de seu conselho diretor, concluindo o mandato no Senado em janeiro de 1979.

Membro da Academia Brasileira de Ciências Sociais, ingressou também na Sociedade Brasileira de Higiene, na Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, na Sociedade de Pediatria e na Academia Brasileira de Ciências Médico-Sociais, em São Paulo.

Inequivocamente, nesse período, foi um dos grandes políticos do nosso Estado. Ao vislucrar os seus mandatos eletivos, como Prefeito, duas vezes, como Deputado Federal, como Deputado Estadual, duas vezes, como Governador, como Deputado Estadual de novo, e como Senador durante dois mandatos, perfazendo um total de 33 anos de atividade parlamentar, um total de oito mandatos, mostrando, realmente, a grandeza de um homem que fez história no Pará. Na verdade, Catete Pinheiro foi exemplo de dignidade, moralidade e de trabalho no nosso Estado.

Lembro-me que, quando líder estudantil, se criticavam rigorosamente os homens públicos daquela época, mas em relação a Catete Pinheiro, sempre havia um respeito muito grande, pois ele, em toda a sua vida pública, foi exemplo de grandeza e dignidade.

O Sr. Humberto Lucena — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. COUTINHO JORGE — Com muita honra, nobre Líder do PMDB, Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena — V. Ex^a, neste instante, fala não apenas em seu nome pessoal mas em nome de toda a Bancada do PMDB no Senado, nesta homenagem à memória do ex-Prefeito, ex-Deputado Estadual, ex-Governador, ex-Deputado Federal, ex-Senador e ex-Ministro Catete Pinheiro. Um currículo que realmente o recomenda como um homem público dos mais ilustres deste País. Lembro-me bem que, durante o governo que ele integrou como Ministro da Saúde, eu exercia a oposição na Câmara dos Deputados e posso dar o testemunho de que nunca tive conhecimento de qualquer ato, direto ou indireto, que pudesse comprometer a honorabilidade daquele eminente conterrâneo de V. Ex^a, que exerceu

tão altas funções na vida administrativa do País. Por outro lado, não esqueço também que ele, na fase em que comandou o Ministério da Saúde, teve um desempenho que comprovou a sua competência e o seu espírito público. Receba, portanto, V. Exª o nosso apoio e, por intermédio de V. Exª, envio em nome do PMDB no Senado, o nosso sentimento de pesar ao Estado do Pará, na pessoa do Governador Jader Barbalho.

O SR. COUTINHO JORGE — Senador Humberto Lucena, em nome do Governo do Pará, agradeço sensibilizado as palavras proferidas por V. Exª, lembrando o trabalho e a grandeza do nosso ex-Senador Catete Pinheiro.

Sr. Presidente, para concluir, quero, mais uma vez, lembrar que Catete Pinheiro engrandeceu o meu Estado por tudo aquilo que fez em favor do Pará, da Amazônia e do Brasil com a sua atuação, não só na Câmara Federal, mas no Senado da República e no Ministério da Saúde. Posso dizer que o Brasil perdeu ontem, no plano material da vida, um dos seus mais ilustres e dignos filhos. Que Deus inspire o seu espírito para que continue a sua obra nos planos mais altos da vida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Não havendo mais Sr. Senador que deseje encaminhar a votação do requerimento, passa-se à sua apreciação.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Mesa associa-se à homenagem que o Senado presta, na tarde de hoje, ao extraordinário homem público, o ex-Senador Catete Pinheiro, que exerceu posições do maior relevo na sua terra natal e no próprio País, tendo ocupado uma das pastas ministeriais no Governo Jânio Quadros e, nesta Casa, cumprindo o mandato senatorial com a maior seriedade.

A Presidência, em nome de todos os Srs. Senadores, associa-se, portanto, à homenagem que o Senado Federal neste instante presta ao Senador Catete Pinheiro, que sempre soube honrar, dignificar e enobrecer a vida pública brasileira.

Designo comissão, integrada pelos nobres Senadores Oziel Carneiro, Coutinho Jorge e Almir Gabriel, para representar o Senado Federal no sepultamento do Senador Catete Pinheiro, às 16 horas de hoje, no Campo da Esperança, em Brasília, Capital da República.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra à nobre Senadora Júnia Marise.

A SRA. JÚNIA MARISE (PRN — MG. Pronuncia o seguinte discurso: Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, hoje, como fez V. Exª ontem no plenário desta Casa, ao trazer as suas preocupações com relação aos problemas que atingem o Nordeste do nosso País — e o fez com a propriedade de quem conhece o drama das populações que vivem no Nordeste brasileiro —, trago também as preocupações da região da seca do norte de Minas.

Há cerca de um milhão e quinhentas mil pessoas morando nos 43 municípios que integram a região da Sudene, uma região que, ao longo de todos esses anos, tem tido uma grande significação no desenvolvimento do nosso Estado e do nosso País, mas que passa pela crueldade dos problemas que atingem as populações carentes, absorvidas pela ausência das soluções que possibilitem resgatá-las da miséria e da pobreza em que vivem.

Quando o ex-Presidente Juscelino Kubitschek, num momento tão significativo para o nosso País, decidiu implantar a Sudene, cujo objetivo era acabar com a pobreza do Nordeste brasileiro, encaminhar programas e implementar projetos para amenizar a seca e a fome e possibilitar a integração verdadeira do Nordeste ao restante do País, Juscelino, como mineiro, pensou também nessa região tão sofrida de Minas Gerais, que, certamente, se equipara àquela outra região tão sofrida do nosso Brasil.

A situação do norte de Minas Gerais é desesperadora. Recebo as mais preocupantes notícias dos nossos mineiros que estão convivendo — e sobrevivendo com essas dificuldades que não se esgotam, ou seja, com os programas que, até então, têm sido implementados, eventualmente, pelo Governo Federal.

Sr. Presidente, V. Exª, na sessão de ontem do Senado da República, conclamava o Governo Federal, o Presidente Fernando Collor de Mello, apoiado pelos Senadores nordestinos desta Casa, preocupados com a seca da Paraíba, do Ceará, do Maranhão, para encontrar soluções para a pobreza que envolve milhões e milhões de brasileiros que, muitas vezes, não têm um prato de comida para matar a sua fome e que assistem com perplexidade o esbanjamento por parte de autoridades do Governo, que não se preocupam com essa miséria e com a fome desses brasileiros que vivem no Nordeste e na região da seca do norte de Minas. A nossa preocupação não é apenas a de quem está aqui, hoje, nesta tribuna, defendendo programas, a liberação de recursos, a distribuição de alimentos, de remédios ou de mecanismos que possibilitem a distribuição de água domiciliar para essas famílias, mas é uma conclamação que fazemos para que o Governo Federal possa, efetivamente, criar condições e mecanismos definitivos e abraçar a causa da miséria destes brasileiros que estão vivendo e sobrevivendo sem moradia, a grande maioria desabrigados, tendo apenas as lonas que lhes foram distribuídas para ali acomodarem as suas famílias.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao fazermos coro às manifestações do Senador Mauro Benevides, que chegou do Nordeste trazendo as preocupações do seu Ceará; do Senador Humberto Lucena, que relator os mesmos trágicos problemas da Paraíba; dos Senadores que falaram pelo Maranhão e que aqui desejam dar dignidade a este povo, a dignidade que nós todos temos a responsabilidade de levantar; queremos dizer ao Presidente da República que é chegada a hora de empregar mecanismos definitivos para resgatar a pobreza e a miséria do nosso povo.

Falo, Srs. Senadores, em mecanismos que possam efetivamente orientar a Sudene, a Secretaria Regional de Desenvolvimento, o Ministério da Ação Social para um programa social mais amplo, suficientemente capaz de resgatar a miséria do nosso povo.

O Sr. Mauro Benevides — Permite-me V. Exª um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE — Com todo o prazer, nobre Senador.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senadora Júnia Marise, no instante em que V. Exª assomava à tribuna do Senado Federal, pude pressentir que a temática a ser abordada seria sobre as dificuldades climáticas vividas pelo Polígono das Secas, e dispus-me a transferir a direção dos trabalhos ao Vice-Presidente, Senador Rachid Saldanha Derzi para que pudesse vir ao plenário trazer a minha manifestação de solidariedade ao seu discurso de hoje, que reforça, sem dúvida, os argu-

mentos que expendi na tarde de ontem, quando, numa abordagem preliminar, tentei chamar a atenção do próprio Presidente da República, da Sudene, do Ministério da Ação Social, da Secretaria de Desenvolvimento Regional para a necessidade imperiosa, inadiável mesmo, de esses órgãos adotarem as medidas que se tornam, nesse instante, de socorro às vítimas daquilo que podemos denominar, da falta de chuvas, da carência de chuvas, da falta de quedas pluviométricas naquela faixa geográfica de nosso País. E diria a V. Exª que, durante toda a manhã de hoje, recebi, do meu Estado, numerosas manifestações de solidariedade à iniciativa que tivemos, uma iniciativa que foi aqui apoiada com testemunhos preciosos do Líder do PMDB, Senador Humberto Lucena, que trouxe, também, uma retrospectiva do drama vivenciado pelo seu Estado, a Paraíba, do Senador Magno Bacelar, que se reportou a dificuldades existentes no Maranhão, onde o seu Governador, naquele mesmo dia, ocupara um dos canais de televisão e destacara a falta de chuvas no Maranhão desde novembro. O Senador Chagas Rodrigues, por sua vez, tendo recentemente chegado do Piauí, trazia um depoimento com a maior clareza, com a maior fidelidade possível de que os seus coestudanos experimentam também essas dificuldades decorrentes da falta de chuva. E até o Senador Amazonino Mendes conclamava a nós, representantes do Nordeste, no sentido de somarmos esforços para pôr fim a essas dificuldades que, periodicamente, surgem e que desafiam a nossa acuidade, o nosso patriotismo, que, como homens públicos, até aqui, permanecemos sem qualquer condição de, uma vez por todas, resolver o problema da convivência do homem com a falta de chuvas. Agora, V. Exª, que em seu Estado tem igualmente uma extensa faixa territorial que se insere no chamado "Polígono das Secas", que é exatamente a região de Montes Claros, com a sensibilidade de representante do povo brasileiro, vem à tribuna do Senado Federal para juntar a sua voz àquela outra que ontem por mim foi alteada aqui deste plenário para reclamar do Presidente da República, que assuma a coordenação dessas providências e se decida a presidir o Conselho Deliberativo da Sudene, para lá convocando a Ministra da Ação Social e o Secretário de Desenvolvimento Social, com a participação também dos Governadores, para que se defina um plano de assistência para a emergência, mas, sobretudo, que se adotem providências, Senadora Júnia Marise, de conotação duradoura que ofereçam à estrutura hídrica de nossa região condições de reagir a essa intempérie que, ciclicamente, atinge o chamado Polígono das Secas. Portanto, quero enaltecer as circunstâncias de V. Exª vir à tribuna neste instante. Acredito que o Presidente, que deve ter tomado conhecimento da nossa reclamação, do nosso apelo, na tarde de ontem, certamente ouvindo também a manifestação de Minas Gerais, que V. Exª traz neste instante, mostre-se predisposto, decidido mesmo, a acolher a nossa sugestão, determinando ao Superintendente da Sudene a convocação do Conselho respectivo, das autoridades que têm vinculação com aquela área, e partamos, assim, para uma ação pronta, eficaz, imediata que atenda a essas dificuldades e a esses sofrimentos da região nordestina.

A SRA. JÚNIA MARISE — Agradeço ao nobre Presidente Mauro Benevides pelo aparte, que, aliás, vem, mais uma vez, conclamar o Presidente da República e as autoridades deste País para uma tomada de posição que represente a unanimidade da consciência do nosso povo. Alguma decisão terá que ser assumida pelo Governo Federal, na implementação de programas — como disse V. Exª e como tenho defendido — que sejam duradouros e definitivos, a fim de que

possamos propiciar condições e mecanismos necessários para que, afinal, neste País, não tenhamos mais que estar convivendo com dois "brasis": o Brasil dos ricos e o Brasil dos pobres.

Acredito que o Senado da República ao assumir esse compromisso com a Nação e levar ao Governo Federal uma posição firme mas segura, uma posição que venha expressar esse sentimento da nacionalidade do nosso povo, das dificuldades por que passam, hoje, milhões e milhões de brasileiros, haverá de redirecionar esses programas no sentido de resgatar o povo da miséria em que se encontra.

O Presidente Fernando Collor de Mello, ainda Governador de Alagoas, esteve em Montes Claros, na reunião da Sudene e pôde sentir as dificuldades por que passam hoje quase dois milhões de mineiros naquela região da seca. Como candidato a Presidente da República, recebido em praça pública por mais de cem mil pessoas, o Presidente Fernando Collor, teve a oportunidade de reacender a esperança dos mineiros do norte de Minas, quando os conclamou a que se unissem em torno de um programa que os resgatasse, definitivamente, da seca e da miséria naquela região.

Ainda temos a confiança, como têm, também, os mineiros do norte de Minas e os brasileiros do Nordeste deste País, de que o Presidente da República voltará os seus olhos para projetos importantes para beneficiar essas regiões.

O Sr. Humberto Lucena — Permite-me V. Exª um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE — Concedo, com muito prazer, o aparte ao nobre Líder do PMDB, Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena — Apoio inteiramente suas palavras. V. Exª continua, neste plenário, o debate, ontem iniciado pelo Sr. Presidente Mauro Benevides, a respeito da situação da prolongada estiagem em que se encontra o Nordeste, incluindo aí, naturalmente, o norte de Minas, que tem, como Capital, Montes Claros, que por força da legislação criada, em boa hora, pelo inesquecível Presidente Juscelino Kubitschek, passou também a integrar o Polígono das Secas e, portanto, a jurisdição administrativa da Sudene. Por falar no nosso querido mineiro, o maior estadista deste País até hoje, gostaria de afirmar, neste instante, nobre Senadora Júnia Marise, que, embora sendo ele filho das Alterosas, teve grande sensibilidade para os problemas do semi-árido do Nordeste. Lembro-me, por exemplo, da sua visita aos sertões da Paraíba, nos idos de 1958. Juscelino comportou-se como se fosse um dos nossos maiores nordestinos, porque ele tinha, como ninguém, dentro de si, o sentimento da unidade nacional. Era um brasileiro que tinha a Bandeira do Brasil, sobretudo, no seu coração e no seu espírito. Por isso fez aquele extraordinário Governo, por todos nós conhecido, pelo *slogan* que costumou repetir, segundo o qual o Brasil. Cresceu cinquenta anos em cinco. Tenho certeza que se Juscelino tivesse voltado à Presidência, seguramente teria continuado a sua obra e, o Nordeste, seria outro. O que é de lamentar nisso tudo — e ontem eu dizia ao Senador Mauro Benevides — é que hoje, na Presidência da República, esteja justamente o ex-Governador das Alagoas, o Presidente Fernando Collor, nordestino de boa cepa, que conhece, como ninguém, toda essa problemática, mas que, até agora, não tomou qualquer providência capaz de resolvê-la, em caráter definitivo, quanto mais emergencial. O pior, nobre Senadora Júnia Marise, é que nesse instante — como ocorreu no ano passado, enquanto milhares e milhares de nordestinos, de mineiros do norte, de Montes Claros,

estão a passar necessidades, lutando pela sobrevivência, sem comida, sem água — o Governo está inteiramente insensível. A atual Ministra Margarida Procópio, que é alagoana também, nunca pôs os pés nos sertões calcinados pela seca — pelo menos durante o Governo Collor. Não se conhece nenhuma visita sua à região atingida pelas estiagens. A não ser algumas cestas de alimentação que estão sendo distribuídas em número reduzidíssimo, nenhuma outra providência chegou à região, como uma espécie de pronto-socorro do Governo Federal a toda essa população atingida, mais uma vez, infelizmente, pela seca. Quero solidarizar-me com V. Exª e dizer que estamos juntos nessa luta, não só para que, de imediato, o Governo promova medidas para salvar algumas famílias que estão envolvidas nesse processo de desespero social, sobretudo, para encontrar o caminho da solução de caráter estrutural, desse problema que vem desafiando o Governo Federal desde o tempo de D. Pedro II.

A SRA. JÚNIA MARISE — Agradeço o aparte do nobre Senador Humberto Lucena, que representa, sem dúvida alguma, uma voz nordestina, que sempre tem pautado a sua trajetória e honrado o seu mandato em defesa dos interesses do seu Estado e dessa região tão importante de nosso País, que é o Nordeste brasileiro. Por isso, Senador Humberto Lucena, é chegada a hora de, efetivamente, fazermos coro às manifestações desta população carente e sofrida do nosso País, reunindo esforços para democratizar ainda mais a SUDENE, que representa os interesses do Nordeste brasileiro e da região da seca de Minas Gerais. Esse órgão poderia ser ampliado, oferecendo oportunidades àqueles que têm mandato eletivo, que representam essas regiões no Congresso Nacional, para que possam também, em ocasiões importantes, ter assento nas sessões ordinárias da SUDENE e, ali, ao lado dos governadores de Estado, representar os interesses e as reivindicações do Nordeste e da região do Norte de Minas.

Mais do que isso, considerando a relevância da convocação extraordinária da Sudene para discutir os problemas do Nordeste brasileiro, entendemos a importância da convocação de uma sessão extraordinária lá em Montes Claros. Assim, quem sabe, sob o comando do Presidente Fernando Collor, lá em Montes Claros, na cidade em que Sua Excelência, como candidato a Presidente da República, levantou as esperanças do nosso povo do Norte de Minas.

Com as mudanças e as transformações que se propunha visando implantar a verdadeira justiça social em nosso País.

Uma sessão extraordinária da SUDENE, sob o comando do Presidente Fernando Collor de Mello, seria de grande importância, porque o Presidente, com todo o seu Ministério estaria ali comandando as decisões e, mais do que isso, conhecendo a realidade do Nordeste e do Norte de Minas de hoje.

O seu povo certamente está mais pobre, passando mais fome; mais pessoas estão desempregados, sem moradia, o que constitui agravamento do quadro de lamentável situação social.

Com essas palavras, Sr. Presidente, Srs. Senadores, queríamos trazer a preocupação que constatamos, nesses dias, no Norte de Minas, a preocupação dessa população que ainda não perdeu a esperança, que não perdeu a sua fé, que está convivendo ao longo dos anos com todas essas dificuldades, mas sobrevivendo. Nesta conclamação que faço, reiteramos a necessidade de se dar dignidade aos mineiros do Norte, afetados pelas longas estiagens, mas resistindo diante das dificuldades.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sr. Júnia Marise, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Rachid Saldanha Derzi, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Concedo a palavra ao nobre Senador Flaviano Melo para uma brevíssima comunicação, de acordo com o art. 21 do Regimento Interno. V. Exª poderá se conservar sentado.

O SR. FLAVIANO MELO (PMDB — AC. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero apenas fazer uma breve comunicação.

Estou retornando à Casa, desde o dia 31 de dezembro do ano passado, após cumprir uma licença, concedida pelo Plenário desta Casa, para tratamento de saúde.

Fiquei fora desde o dia 30 de junho até o final do ano passado. Já me encontro restabelecido e de volta às minhas atividades, conforme comunicação encaminhada à Presidência. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

COMUNICAÇÃO A QUE SE REFERE O SR. FLAVIANO MELO:

Brasília-DF, 13 de janeiro de 1992.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, a fim de comunicar-lhe que reassumi minhas atividades parlamentares no Congresso Nacional, a partir do dia 31 de dezembro do ano passado, após afastamento de quatro meses para tratamento de saúde.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de estima e distinta consideração. — Senador Flaviano Melo.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Esta Casa se congratula com o restabelecimento de V. Exª, nobre Senador.

O Sr. Esperidião Amin — Sr. Presidente, peço a palavra, se V. Exª quiser debitar como uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PDS — SC. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, simplesmente para, também sob a forma de comunicação, cumprimentar o Senador Flaviano Melo, em nome de todos os nossos pares, pelo seu retorno. Todos nós partilhamos da alegria neste momento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — V. Exª fala em nome da Casa, nobre Senador.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eptácio Cafeteira.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PDC — MA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Congresso foi convocado para examinar a situação da Previdência Social, votar o aporte de maior volume de recursos para gerir a Previdência Social.

Quero começar este meu pronunciamento partindo de uma indagação.

O que significa a palavra previdência? Diz-nos Aurélio: é a qualidade ou ato de previdente. É guardar para o futuro, é precaver-se, poupando.

Previdência Social é o somatório de normas de proteção e defesa do trabalhador ou funcionário, através de aposentadoria ou auxílio nas doenças.

As formas de montepio foram entre nós, as manifestações mais antigas da Previdência Social. Ainda no Império, em 1889, foi autorizada pelo Governo, a criação de uma "caixa de socorro" para o pessoal das estradas de ferro. Mas foi com a Lei Eloy Chaves, de 1923, que se implantou, efetivamente, no Brasil, a Previdência Social.

Através desse ato legislativo foram criadas as "caixas de aposentadorias e pensões" para os ferroviários que obtiveram, a partir de então, os benefícios da "aposentadoria por invalidez", a "aposentadoria ordinária" (hoje, "por tempo de serviço"), a "pensão por morte" e a "assistência médica". Posteriormente, também os portuários e marítimos usufruíram do regime dessa lei. O Conselho Nacional do Trabalho, órgão colegiado, exercia o controle das caixas.

Após a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o sistema de Previdência Social intensificou-se. O regime foi ampliado para todos os empregados das empresas de "serviços públicos", privadas ou estatais, como de luz, telefone, gás, carris, mineração e, mais tarde, em 1934, as de transportes aéreos. Em 1953, das 183 Caixas existentes, formou-se a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos (Capfesp).

No governo de Getúlio Vargas, iniciou-se a criação, a partir de 1934, dos grandes Institutos. Eles eram de âmbito nacional e base profissional, ao passo que as Caixas eram de âmbito territorial e à base de empresa.

Getúlio criou aquele modelo de Previdência sem que os trabalhadores o pleitassem.

Foi um ato do Presidente, que achou que deveria entregar-lhes uma trincheira onde pudessem receber os benefícios do seu labor.

Ou seja, a contribuição para a previdência já nasceu obrigatória. Não houve reivindicação ou luta dos trabalhadores. Cada um deles tinha o seu próprio Instituto: IAPM, IAPC, IAPB, IAPI, IAPETC e IAPFESP (antiga CAPFESP).

A vantagem daquele modelo era a facilidade de fiscalização pelo associado, já que cada Instituto fazia a contabilização separadamente. Cada associado podia fazer um cálculo atuarial de sua contribuição e, o Instituto, o cálculo para o futuro.

As contribuições serviam não apenas à aposentadoria, mas, também, para a licença de saúde, empréstimos simples ou imobiliário. Havia, por parte dos dirigentes, a preocupação em obter renda, e, para isso, os Institutos compravam imóveis, aumentando o patrimônio e garantindo o pagamento, no futuro, do aposentado. Até então, e é o mais importante, os Institutos tinham dinheiro para restituir, em forma de aposentadoria, as contribuições que o trabalhador havia feito durante toda a sua vida útil.

Ora, se tudo ia tão bem, o que mudou? Vale ressaltar um item considerável. O Governo, que sempre foi um mau administrador de seus próprios bens, partiu para administrar o patrimônio dos trabalhadores. E o fez de forma pródiga.

Como exemplo, podemos citar a decolagem da construção de Brasília. O Governo quis fazer a Nova Capital. Se não fossem os Institutos, que foram impelidos a investir na cidade, a construção teria sido mais lenta. Havia, aqui, inúmeras quadras construídas pelos Institutos de Previdência: do IAPB, IAPI, etc.

De qualquer sorte, bem ou mal, os Institutos de Previdência seguiam caminhando. Havia fiscalização dos contribuintes. Tudo era feito às claras.

No Governo Castello Branco, resolveu-se fundir os grandes Institutos. Vem a pergunta: fundir ou confundir? Surgiu, então, o INPS, que junto ao IPASE (Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado), passaram a gerir o patrimônio dos trabalhadores.

O dinheiro das contribuições passou a servir a tudo.

Não se questiona, aqui, a necessidade de proteção do rurícola, mas, Governo, responsável pelo débito para com o homem do campo, que não tinha Instituto e não tinha amparo, deveria dar-lhe pensão através de um órgão de serviço social. O Governo Médico utilizou, todavia, o dinheiro que o trabalhador poupava na Previdência para sua aposentadoria.

Os rurícolas tinham e têm o direito à proteção do Estado, este é que resolveu transferir o ônus para o patrimônio dos trabalhadores. Encontrado esse recurso, o Governo militar, que já se ressentia da falta de apoio popular no Congresso, onde era necessário manter a maioria, a qualquer custo, resolveu ampliar o rombo iniciado, armando uma jogada eleitoral: o Deputado Federal da ARENA mais votado no município escolheria o representante do Funrural. O escolhido seria, naturalmente, aquele que tivesse condições de angariar mais votos para a reeleição do Parlamentar, aposentando membros das famílias com maior número de eleitores. Essa troca de favores asseguraria a manutenção dos quadros existentes na Câmara dos Deputados, tudo feito às custas da poupança do trabalhador, que estava exatamente na Previdência Social.

Na hora em que os representantes do Funrural começaram a aposentar pessoas, muito mais na base do voto que essas pessoas poderiam trazer para o Governo, os funcionários também acharam que poderiam aposentar pessoas que até nem existiam.

Começamos a ter aposentados fabricados pelos agentes do Funrural, com base em documentos falsos. Os funcionários do INPS, hoje INSS, também começaram a fabricar aposentados, e aí estão os resultados das auditorias feitas. Fulano de tal tinha 200 aposentadorias, cicrano 50, beltrano 120, e o dinheiro da Previdência começou a servir para manter pensões altas para quem tinha condições de, com falta de escrúpulos, criar aposentados seus. E não ficava só nisso.

Como havia muitos tirando dinheiro da Previdência, começaram a forjar processos bilionários de indenização, dos quais elementos chave participavam: quem fornecia o laudo mentiroso, quem fazia o cálculo, quem despachava; muitas vezes, até o procurador; em outros casos, até o juiz de Direito. Todos participaram do fim daquilo que era um patrimônio do trabalhador, a Previdência Social.

E o que fez o Governo? O Governo estava acelerando esse processo, quando anunciava: "vamos acabar com a aposentadoria por tempo de serviço; tem que ser pela idade". Diante de tal ameaça, aqueles que tinham condições de se aposentar ficaram com medo e o número de aposentados — esses, verdadeiros — ampliou-se. Hoje, os jornais nos dão conta de que 100 mil prováveis aposentandos estão aguardando apenas os cálculos do IBGE, que está em greve, sobre o mês de dezembro, para poderem fazer a sua aposentadoria. Cem mil novos aposentados assustados, diante da possibilidade de perder um direito que está assegurado na Constituição Federal deste País.

O Sr. Júlio Campos — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA — Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Júlio Campos — Senador Epitácio Cafeteira, estamos ouvindo com muita atenção o pronunciamento de V. Exª em que aborda a situação da Previdência Social, desde a sua criação remota, em um passado não tão longínquo, até a sua atuação nos dias de hoje. Filho de comerciante que sou, lembro-me bem do tempo do famoso IAPC, em que o comerciante, o comerciarão tinham todo direito àquela assistência tão bem administrada, em que cada instituto pertencia à sua classe profissional, ou seja, o IAPC, o IAPI, e tantos institutos que funcionavam àquela época no Brasil. Lamentavelmente, houve essa dita fusão, essa incorporação na transformação daqueles institutos em uma Previdência única. E aí começou a situação degradante da Previdência Social do Brasil de hoje. Além da dificuldade que teve em cumprir a sua função, houve alguns fatores que influenciaram a situação a que ela chegou hoje, no País, principalmente a essa situação vergonhosa da fraude, da corrupção que tomou conta do INSS, antigo INPS, em todo do Brasil, falindo praticamente a Previdência Social. Tenho certeza absoluta de que não só o trabalhador está cansado, mas também o empregador. Como empregador, sei que essa lei de aumento dos valores, da taxa da Previdência Social vai atingir a todos nós. Fico triste, também em ver esse mal emprego do dinheiro público, principalmente nesses últimos anos.

Enquanto no passado desviava-se o dinheiro da Previdência para construir Brasília, para implantar escolas, para construir algo que viesse trazer benefício público, até se justificava, porque o Governo poderia aos poucos devolver esses dinheiro e teria o patrimônio enquanto a Previdência dava dinheiro para a construção de habitação popular e para financiar hospitais, tudo bem! Mas, o pior de tudo é essa situação lamentável dos últimos tempos, essa fraude, esse roubo que está aí, vergonhosamente incluindo de a a z no processo previdenciário, desde o cidadão que requer a aposentadoria até o diretor que autoriza, o procurador, o juiz de Direito — o que é mais grave — e, vergonhosamente, nada disso foi para frente, houve esse bla-bla-blá e tudo isso; a Rede Globo dando os maiores escândalos, o Governo Federal fazendo, como se diz popularmente, o maior alarde, e, no entanto, até hoje não se viu ninguém punido. Nenhum bem de nenhum desses corruptos foi revertido ao patrimônio público, foi sequestrado como permite a lei a está aí hoje o Governo anunciando mais uma vez que vai precisar aumentar a taxação na Previdência Social para evitar a situação de falência da Previdência. Além do mais, as aposentadorias.

Seria muito bom e muito justo que quem não contribuisse pudesse, também, receber alguma coisa. Mas será que a Previdência do Brasil estava preparada para receber milhões e milhões de aposentados rurais, que nunca contribuíram com a Previdência? Será que a Previdência estava habilitada para essas aposentadorias precoces, que aconteceram até aqui no próprio Senado? Houve aposentadorias de funcionários que, ameaçados com essa pseudolei de extinção da aposentadoria por tempo de serviço, correram para se aposentar. Perdemos servidores de alto nível. Na Universidade Federal de Mato Grosso, as melhores cabeças, pessoas na fase mais áurea da sua intelectualidade já aposentaram porque ficaram com medo desses anúncios, desse bla bla blá do Governo Federal. Então, agora estamos nessa situação; antes mesmo de o Supremo

Tribunal Federal julgar o processo, o Governo Federal já manda esse projeto precipitadamente convocando o Congresso Nacional, um "pepino", como diz o ditado popular, para o Congresso decidir, uma coisa que sequer o Poder Judiciário ainda decidiu. Congratulo-me com V. Exª e digo, sinceramente, que o seu pronunciamento vem ao encontro desta sessão.

O SR. ESPITÁCIO CAFETEIRA — Agradeço a V. Exª pelo aparte, Senador Júlio Campos. Concordo com V. Exª em gênero, número e grau, inclusive mais adiante, farei referência exatamente a esse acodamento do Governo.

Antes, quero seguir nesse rumo que foi o de acabar com o patrimônio da Previdência Social por meio como já vimos, dessas fraudes aqui referidas, e do uso do dinheiro da Previdência Social para tudo — sempre que faltava dinheiro para qualquer área, metia-se a mão no dinheiro da Previdência, que não é dinheiro do Governo Federal, é dinheiro do trabalhador. Vamos ser claros nisso.

O Governo Federal tinha que dar uma prestação, teria que contribuir com um percentual. Ao que eu saiba, nunca contribuiu. Ele põe o pessoal na Previdência para dirigir o dinheiro do trabalhador.

Chegamos ao ponto em que o pessoal do próprio Estado, que vai trabalhar na Previdência, ao invés de receber do Governo, quem os paga é a Previdência, é o trabalhador. Esse é um patrimônio do trabalhador e não do Governo.

Aconteceu com a construção de Itaipu: faltou dinheiro, chama a Previdência Social!

Hoje, para espanto geral, saiu até a notícia de desvios de verbas da Previdência, do Finsocial, para a construção dos Ciac — os Ciac estão na moda, hoje.

Então, no INPS, hoje INSS, temos na verdade o seguinte quadro: quem começa a trabalhar, já vê descontada, compulsoriamente, a contribuição para a Previdência Social. Só que ele não está construindo o seu futuro, ele não está contribuindo, como previdente, para o seu futuro, ele não está poupando para o amanhã. A contribuição, que seria uma semente, da qual se colheriam depois os frutos, é consumida imediatamente pelos aposentados que já estão na fila à espera daquela contribuição.

Dá por que o problema dessas filas todas; esperam que, primeiro, haja a contribuição recolhida pelas empresas. Tão logo esse dinheiro é recolhido, os aposentados estão na fila esperando por ele. Não há nada sendo construído para o futuro.

Senador Júlio Campos, li estarecido declarações infelizes de pessoas que recebem o dinheiro do trabalhador — porque quem recebe da Previdência, recebe do trabalhador —, como, por exemplo, no caso da morte daquele aposentado, que ficou esperando para receber e, depois de quatro ou cinco horas, morreu na fila: A Folha de S. Paulo, edição de 11 de janeiro, publicou:

O superintendente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Carlos Eduardo Seabra, 41, disse que "morrer faz parte da vida". Segundo ele, "a culpa é dos próprios aposentados que vão todos ao mesmo tempo aos bancos receber o dinheiro".

Seabra afirmou que Oliveira morreu na fila do banco como poderia ter morrido em casa. "São velhos, doentes e estressados", disse o superintendente do INSS.

E o Governo, ao que me consta, não tomou nenhuma medida. Está divulgando na televisão que está pedindo um aumento para criar condições de dignidade do aposentado. Mas, o Superintendente do INSS em São Paulo diz isso e o Governo não vai em socorro da dignidade do aposentado. Deve concordar com o que disse o Sr. Seabra.

E o trabalhador assiste, atônito e, impotente, sem ter a quem recorrer, se desespera ao ver morrer um companheiro na fila da esperança. Numa situação humilhante, é tratado como se recebesse benesse ou esmola. O dinheiro que vai retirar seria dele, porque foi contribuição dele. Mas não existe, gastaram-no.

A situação é grave. Não há Previdência Social no Brasil. Quem hoje começa a trabalhar e a contribuir para o INSS, não está prevenindo-se, está sim passando a fazer parte do grupo que rateia as despesas com as atuais aposentadorias e outros gastos não muito claros.

Os jornais de hoje dão conta de que o FMI não aceitará a Carta de Intenções do Governo sem o Congresso aprovar o Projeto que estamos debatendo.

E, aí, nobre Senador Júlio Campos, encontro nessa informação a justificativa para o acodamento do Governo de mandar o projeto antes que o Supremo Tribunal Federal diga se o reajuste de 147,06% vai ou não ser concedido. O FMI vai examinar a carta de intenções agora.

Fico sem saber: o Projeto é do Governo ou do FMI? Quem está orientando a nossa economia? É o Ministro Marcílio ou o FMI?

Quando do episódio da Carta de Intenções, houve quem dissesse que a mesma foi redigida pelo FMI e trazida para assinatura no Brasil para, protocolarmente, ser entregue de volta ao FMI; devidamente avalizada.

Posso afirmar, alto e bom som: não me curvo senão à vontade do povo do Maranhão que tenho a honra de representar nesta Casa.

Quero também dizer que não questiono as qualidades pessoais do cidadão Antônio Rogério Magri. Nada tenho contra ele porque desconheço qualquer ato que o desabone. Questiono a sua competência para exercer um Ministério que é o responsável pelos destinos do trabalhador brasileiro e sua previdência.

E não sou eu apenas quem questiona, pois até o próprio Presidente da República, em mais de uma vez, deixou claro que não acredita na competência de seu Ministro, como, por exemplo, quando fez uma intervenção branca no Ministério do Trabalho, através do Sr. João Santana, que não era sequer Ministro à época.

E é esse mesmo Presidente quem nos pede para aprovarmos mais recursos para o Ministro Magri gerir? Não. Não me animo a votar favoravelmente a qualquer acréscimo no percentual pago pelos trabalhadores, empresários e, muito menos, do próprio aposentado.

E repito para concluir: não há mais Previdência Social no Brasil. Quem hoje começa a trabalhar e a contribuir para o INSS, não está se prevenindo, está, sim, passando a fazer parte do grupo que rateia as despesas com as atuais aposentadorias e outros gastos não muito claros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Concedo a palavra ao nobre Senador Almir Gabriel.

O SR. ALMIR GABRIEL (PSDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente,

Srs. Senadores, levantamento realizado pela Organização Mundial de Saúde, tomando em conta praticamente a totalidade dos países-membros, demonstrou que nenhum país será capaz de fazer saúde gastando, por ano, menos de 120 dólares **per capita**. Esse dado é da maior importância na medida em que somos capazes de ver países como os Estados Unidos gastando 3 mil dólares **per capita**/ano com saúde, o Canadá, 2 mil dólares **per capita**/ano, o Japão, a França e tantos outros gastando entre 400 e 600 dólares **per capita**/ano.

Tomei esse dado da saúde porque, ao se analisarem os dados da Organização Internacional de Trabalho, comparando o sistema de seguridade de 134 países, verifica-se que a saúde corresponde aproximadamente a 1/3 daquilo que nós, dentro do Brasil, conceituamos como seguridade social, isto é, a soma articulada e integrada das ações de previdência, de saúde e de assistência.

Qual é o pressuposto que daí se pode deduzir? É que se destinam 120 dólares **per capita**/ano para a saúde, para a seguridade social como um todo, num padrão absolutamente razoável, o indispensável seria poder dispor do equivalente a 400 dólares **per capita**/ano. Esse dado coloca para a população brasileira a hipótese de que uma seguridade social razoável, para um País do nível do desenvolvimento nacional, se situaria com gastos equivalentes a 60 bilhões de dólares.

Esses dados foram por nós cotejados quando estávamos como Relator da Seguridade Social, na época da Constituinte. Tomamos em conta esses dados e vários outros, inclusive os dados de prospecção da população brasileira. Tínhamos informações, que considerávamos seguras embora não fossem ainda informações do IBGE, que demonstravam claramente o declínio da taxa de incremento populacional do Brasil. Nós, que há 40, 50 anos tínhamos tido uma taxa de incremento populacional situada em torno de 4% ao ano, vínhamos declinando e, à época da Constituinte, já tínhamos essa taxa em torno de 2% de incremento populacional, para o Brasil como um todo, sendo que em algumas regiões essa taxa já estava bem abaixo dos 2% ao ano.

As projeções que nos chegaram às mãos, recentemente, com vistas ao que seria a população brasileira para o ano de 2000 e 2010, indicam que no ano de 2010 o Brasil estará com cerca de 192 milhões de habitantes, dos quais 12 milhões acima de 65 anos, 50 milhões abaixo de 14 anos e cerca de 130 milhões situados na posição de pessoas economicamente ativas.

Essa transformação, dentro daquilo que se conceitua em demografia, representa aquilo que chamamos de transição epidemiológica. E o Brasil está vivendo exatamente uma fase excepcional. Poderíamos ser, dentro em breve, um dos únicos, senão o único País do mundo que poderá ter vivido, sem ter feito políticas populacionais, a situação de ter para cada 10 pessoas economicamente ativas, uma pessoa com mais de 65 anos de idade; ou, um outro raciocínio, seríamos uma Nação que teria duas pessoas economicamente ativas para a soma representada pelas crianças e pelas pessoas com mais de 65 anos de idade.

Então, estamos no limiar extraordinário de passagem demográfica, que dá à questão da previdência social e da seguridade social uma dimensão de tranqüilidade total, que nos permite dizer que aquilo que está posto dentro da Constituição brasileira não é, de maneira nenhuma, uma paranóia ou um sonho escandinavo de seguridade social, mas, sim, uma prospecção realista do que poderemos fazer.

Diria, sinceramente, que a nossa Constituição talvez peque em dois ou três pontos por excesso: um, no que tange à aposentadoria proporcional; outro, quanto à aposentadoria por tempo de serviço sem qualificação dessa aposentadoria, sem vinculação a uma idade; e o terceiro, quando às aposentadorias especiais a certas categorias que não têm da sua parte, nenhuma contribuição do seu organismo para se dizer que elas vão ter o risco de viver menos e, por isso mesmo, precisam antecipar as suas aposentadorias. Fora esses três pontos, que são facilmente contornáveis, não há, do ponto de vista concreto, objetivo e sério, nada a se dizer da seguridade social fora da perspectiva de ser, realmente, um conjunto de ações, uma série de políticas de bem-estar, passíveis de serem realizadas pelo País e pela sociedade, no sentido de elevar o grau de felicidade e bem-estar dessa própria população.

Ora, quando faço essa referência mais ampla, mais genérica, quero dizer, de maneira bem clara e objetiva, que, desde logo, afasto a idéia de discutir sobre a hipótese de que nós fizemos uma Constituição que é irrealizável, ou que ela tenha se mirado em projetos absolutamente inatingíveis para um país.

Esse projeto que está na Constituição pode ser atingido se os governos brasileiros e se a sociedade brasileira resolverem realmente ter como destino, como objetivo final, um crescimento econômico fundado, de um lado, nas possibilidades de aumentar as oportunidades de emprego ou pontos de renda e, de outro, uma distribuição mais regular e mais séria de renda. Se isso for feito, não tenho nenhuma dúvida de que o projeto que se transformou concretamente na Constituição brasileira é absoluta e literalmente alcançável. E não é nenhum favor, não é nenhuma fantasia, não é nenhuma paranóia, pode ser, sim, o objetivo perseguido pelas elites e pela sociedade brasileira.

Dentro desse aspecto, diria que podemos também fazer a seguinte comparação. Se nós dissemos antes que 400 dólares *per capita* ano seria o adequado para fazer seguridade e que multiplicado por 150 milhões de habitantes, daria 60 bilhões de dólares, equivale a, aproximadamente, 15% do Produto Interno Bruto hoje do Brasil. A maioria dos países — nem diria dos países que já chegaram a um patamar adequado de desenvolvimento ou crescimento econômico — gasta num intervalo de 15% a 35%. Os Estados Unidos gastam 15%, a Suécia, 35% a França, a Espanha, Portugal, a Itália, a Inglaterra, a Grécia, e tantos outros países situam-se exatamente nesse intervalo. E quanto o Brasil tem gasto com seguridade social? O Brasil tem gasto 8%. O Brasil tem gasto — ou gastava — com saúde 3,6% do seu Produto Interno Bruto, e hoje gasta 2,4% do seu Produto Interno Bruto com saúde.

Então, na verdade, de que saúde estamos falando, de que previdência estamos falando, de previdência e que saúde queremos para este País, quando o País próprio não destina um volume de recursos adequados e suficiente?

É fácil compreendermos que o País atravessou fases extremamente graves e complicadas nesses últimos anos. Diria que tenho repellido com frequência a idéia-síntese que tem sido posta com frequência pelos economistas, de que a década de 80 foi uma década perdida. Diria que essa visão de década perdida é uma visão estreita, medíocre, mesquinha, na própria medida em que traz a Nação apenas para a visão econômica e, segundo essa visão econômica, admite-se que perdemos a década de 80. Diria que se não tivesse havido crise econômica não teria havido crise social. E sem crise social e econômica não teria havido crise institucional. Sem crise econômica, so-

cial e institucional não teria havido Constituinte. E no próprio momento que esta Nação brasileira na década de 80 pode ganhar a liberdade da democracia, teve a Constituinte e oportunidade de retomar um padrão mais moderno, mais normal da vida de uma população, não se pode dizer que tenhamos uma década perdida.

Em segundo lugar, nunca soube de país em prosperidade plena rasgar a Constituição e fazer uma nova. Então, no meu entender, a afirmação de década perdida é, no mínimo, uma afirmação tola.

Dentro disso, insisto em dizer que compreendo como absolutamente óbvia a condição de dificuldade que o Brasil atravessa nessa transição para uma nova fase.

Agora, essas dificuldades têm-se renovado de maneira constante, diria, com muita constância em relação à incompetência da gestão das questões sociais. Vejam, bem, Srs. senadores, durante o período de 1967 a 1990 o Governo deixou de transferir para a área da Seguridade Social uma importância que é equivalente a 24 bilhões de dólares. Vinte e quatro bilhões de dólares, entre 67 e 90. Quer dizer, o Governo tomou da área da Seguridade Social o equivalente ao seu orçamento de um ano inteiro.

Nestes últimos anos, o que assistimos em 1990? Assistimos que para um orçamento que se situou entre 6 e 8 bilhões de cruzeiros, o Governo deixou de transferir 833 bilhões de cruzeiros e no ano de 1991, agora recentemente terminado, para um orçamento realizado de Previdência Social equivalente a 9 trilhões e 500 bilhões, o Governo deixou de transferir mais de um trilhão de cruzeiros para o âmbito da Previdência Social. Deixou de transferir para fazer outros gastos que não são de natureza de seguridade social.

Ao pagar o EPU, os Encargos Previdenciários da União, na verdade, atribuiu-se ao trabalhador do serviço público federal uma condição assemelhada à do trabalhador comum, geral, da empresa privada, na verdade que não é correta. Não é correta, primeiro, porque o trabalhador do nível federal não contribui para o sistema. Durante toda a sua vida, em nenhum momento, o Governo recolheu para o Tesouro e do Tesouro transferiu para a Previdência, para os seus cofres os recursos que foram retirados do assim chamado Ipase do servidor público, quer civil, quer militar.

Então, não tem por que e não faz sentido querer retirar daquilo que seria o banco do trabalhador privado a condição de financiar a inatividade dos servidores públicos federais.

O Governo cometeu alguns outros deslizes e a incompetência se revela em alguns pontos, de maneira muito clara. Em abril do ano passado deveria estar pronto o Projeto de Custeio e Benefícios da Previdência Social. O Governo não deixou acontecer. Só veio a acontecer no segundo semestre. A regulamentação tinha de estar pronta no máximo sessenta dias após a promulgação da legislação. No entanto, o Governo só promulgou acima de noventa dias dessa própria data. O que isso significou? Significou, na interpretação de muitos aposentados ou da Associação dos Aposentados — e muito justamente — que estava valendo o art. 58 das Disposições Transitórias, que diz: "A aposentadoria tem que ser corrigida na base do salário mínimo, porque era o que estava estabelecido na Constituição.

Na Constituição, tínhamos colocado que o Governo e o Congresso teriam 30 meses para chegar ao cabo de dar todo balizamento para a seguridade social. Não foi por culpa do aposentado que isso não aconteceu em 30 meses.

De maneira que o cumprimento daquilo que está nas Disposições Transitórias é, no meu entendimento, absolutamente correto, já que não estava em funcionamento a seguridade social. Então, no momento em que as associações de aposentados entraram em juízo pelos 147%, elas não estavam buscando nada além do que aquilo que lhes diz respeito e direito, segundo a própria Constituição, no meu entendimento.

Ora, será que o Governo não era capaz de prever isso? Será que dentro da área da Previdência Social do Governo ninguém é capaz de prever nada? Se não é capaz de prever como pode tomar conta de previdência?

Um segundo fato de extrema gravidade tem acontecido e poucos têm-se dado conta. O Finsocial tinha ligação com a Lei de Custeio e Benefícios. Em função disso, vários tributaristas e vários advogados entraram em juízo questionando, primeiro, o fato de que ela seria uma bitributação; segundo, o fato de que, no momento da promulgação da Lei de Custeio e Benefícios, a partir daí, o Finsocial deixaria de existir. Pessoas do Governo, do mais alto nível, aqui no Congresso informaram-me que, hoje, existe, em depósito na Justiça, cerca de 2 bilhões de dólares referentes ao Finsocial.

Então, de um lado, o Governo não previu que haveria possibilidade de entrada em juízo daquele direito que os aposentados requeriam; de outro, o Governo não previu que iria acabar a vigência dessa lei e que, portanto, era necessário fazer uma lei complementar urgente, mandá-la para o Congresso, aprová-la a fim de evitar que tantos fossem discutir no plano da Justiça um valor tão alto como esse equivalente a 2 bilhões de dólares.

Então, meus amigos, o meu entendimento é de a competência existente, hoje dentro do Governo Federal, no trato das questões de saúde, de assistência social, e da previdência é a competência menor que se teve ao longo desses últimos anos. Não tenho nenhuma dúvida, e começa num fato: o que há na Constituição é que seguridade é ação integrada do Governo, e o que se vê é uma ação inteiramente separada uma da outra. A prova mais nítida disso é que, enquanto o Ministério da Ação Social aprova verbas para determinados municípios, com vista ao atendimento de área de saneamento básico, o Ministério da Saúde despende violentos recursos para vacinação em áreas completamente díspares. O que irá acontecer? Numa determinada cidade a criança não morre de sarampo, nem de pólio; mas em outra morre de diarreia, exatamente porque deixou de haver aquela compatibilização técnica absolutamente indispensável de fazer saneamento, onde a mortalidade fosse maior.

Esse desencontro, junto com os que acontecem na área da Previdência Social, tem feito com que, dentro dos recursos hoje alocados para a área da seguridade social o desperdício seja, não menor, no meu entendimento a 60% na Ação Social, a 40% na área da Saúde e, a, pelo menos, 20 ou 25% na área da Previdência Social. Esse é o desperdício que se tem. Considerando isso sobre o total ou volume de recursos que é posto dentro da área da seguridade social, que se situa entre 25 e 30 bilhões de dólares, o País desperdiça algo em torno de 5, 6 ou 8 bilhões de dólares por ano por má gestão. Qual é a consequência? A mais evidente é o fato dos trabalhadores e dos aposentados entrarem em juízo, é que, pelos dados que disponho, há seguinte expressão do ponto de vista financeiro: as dívidas referentes ao ano passado, dos meses de setembro a dezembro, incluindo o mês de janeiro, corresponderão a algo em torno de um trilhão a um trilhão e duzen-

tos, mais ou menos. As dívidas referentes a este ano, considerado do mês de fevereiro até dezembro e, mais o 13º, nós chegaremos a aproximadamente 12 vezes 350 bilhões. Então, 12 vezes 350 bilhões dá um total de 4 trilhões e 200 e com mais 1 trilhão da dívida do ano passado nós teremos 5 trilhões e 200 bilhões como o rombo. Quando o Governo coloca sua necessidade de 11 trilhões, a hipótese a que podemos chegar é a de que o Governo trabalha com uma inflação média acima de 100%.

Hoje tive acesso a um dado do Governo, mostrando que até abril ele pressupõe uma inflação de 117% e, aproximadamente, em agosto, ele terá uma outra inflação acumulada de mais de 61%. Como para os cálculos da seguridade social o último quadrimestre implica em sua transferência para o ano seguinte, então a hipótese que se tem para esse ano é a de uma inflação que se situará ou que chegará ao final do ano em torno de 240 a 248 ou 250%. Esse é o percentual ao qual podemos chegar e formular com os dados de que se dispõe. Isso implica dizer que, na verdade, esses 11 trilhões acabarão não constando mesmo no orçamento, porque quando ele foi aprovado previa um benefício de 55 trilhões, com mais esses 11 trilhões, então o benefício ficará em 66 trilhões e o orçamento aprovado para este ano, com base nos dados de abril do ano passado e reformulado com aquele inflator de 9,2 nós chegaremos a um orçamento de 69 trilhões que, não poderá pagar 66 trilhões só de benefícios na área da Previdência Social. Neste caso, realmente faltaria recursos.

Mas há um dado que considero importante.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Permite-me V. Ex.^a um aparte para um pequeno esclarecimento?

O SR. ALMIR GABRIEL — Com prazer ouço V. Ex.^a

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — V. Ex.^a menciona um inflator de 9,2 para o orçamento. Isso supõe uma inflação de quanto?

O SR. ALMIR GABRIEL — Isso supõe uma inflação de 300 ou 400% até o final do ano.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Muito obrigado.

O SR. ALMIR GABRIEL — O dado que me parece significativo é que no projeto do Governo cessa a variação do 147% a partir de junho. Por quê? A correção passaria a ser feita em função do INPC e, evidentemente, que esse percentual a mais que foi concedido em razão do salário mínimo deixaria de existir. Em outros termos, o salário mínimo se corrige com o INPC e mais um ganho real enquanto que os outros salários se corrigiriam apenas em função do INPC, tanto quanto, menos ou mais de acordo com a política salarial do Governo.

O que fica claro é por que o Governo pretende 11 trilhões, levando até ao final do ano, se ele diz que a partir de junho não irá mais pagar com 147% mas apenas de acordo com o que o INPC estabelecer? A hipótese que me fica é a de que 11 trilhões seriam desnecessários. Seriam necessários 5 trilhões e 200 bilhões.

O Governo coloca como sendo necessário para compor esses 5 trilhões, não sei se a paciência dos Srs. Senadores estará disponível para lermos o que significa a decodificação de todos esses sete ou oito artigos. Ele eleva as alíquotas de contribuição dos empregados, inclusive domésticos e trabalhadores avulsos, nas seguintes proporções: (Art. 1º).

1. Eleva as alíquotas de contribuição dos empregados, inclusive domésticos e trabalhadores avulsos, nas seguintes proporções: (art. 1º)

Salário de Contribuição (Cr\$)	Alíquota (SM)	Alíquota Atual %	Alíquota Proposta %	Aumento em ponto percentual
até 285.000,00	até 3	8,0	10,5	2,5
de 285.000,00 a 475.000,00	3 a 5	9,0	12,0	3,0
de 475.000,00 a 950.000,00	5 a 10	10,0	13,5	3,5

2. Institui adicional de contribuição, somente para o empregado, inclusive doméstico, cobrado à alíquota de 3% sobre o total da sua remuneração, deduzido o valor da contribuição previdenciária obtido com a aplicação das alíquotas de 10,5%, 12% e 13,5%, porém sem respeitar o teto atual de 10 (dez) salários mínimos que continuará vigorando para concessão dos benefícios. (parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 1º)

Aí, entra uma questão que me parece de absoluta importância: se o trabalhador contribui sobre um salário de contribuição, que é aquele que representa o seu benefício, como vai ter uma outra contribuição que não corresponderá absolutamente a nenhum benefício? O que caracteriza a Previdência é exatamente a contribuição para o beneficiário proporcional aquilo que se está contribuindo. No entanto, o Governo engendra agora uma nova fórmula, nunca vista, naquilo que respeita à questão da Previdência Social. Na verdade, isso é um imposto, ou, em outro termo, é uma tributação sem benefício correspondente.

3. Eleva as alíquotas de contribuição dos segurados autônomos, empresários e facultativos, em 3% para salários de contribuição até Cr\$285.000,00 (3 sm) e em 5% para os demais salários de contribuição, até o teto de Cr\$950.000,00 (10 sm), que passam, respectivamente, dos atuais 10% e 20% para 13% e 25% (art. 2º)

4. Majora em 1,5 pontos percentuais a alíquota de contribuição das empresas sobre a folha de salários, alterada de 20% para 21,5% (art. 3º)

5. Institui contribuição de 7% sobre os proventos de aposentadorias e de 3,5% sobre os valores das pensões previdenciárias. (art. 4º)

6. Prevê a suspensão da cobrança dos acréscimos de alíquotas, do adicional e da contribuição dos aposentados e pensionistas quando comprovado o equilíbrio econômico e financeiro do Fundo de Previdência e Assistência Social — FPAS. (art. 5º)

7. Determina que os pagamentos devidos pela Previdência Social em virtude de decisões judiciais sejam efetuados exclusivamente na ordem cronológica da apresentação dos precatórios judiciais e à conta do respectivo crédito, ou seja, quando houver a devida previsão orçamentária. (art. 6º)

8. Estabelece que em julho de 1992 os benefícios de prestação continuada da Previdência Social serão reajustados pela variação integral do INPC, no período de março de 1991 a junho de 1992, deduzidos os acréscimos ocorridos, a qualquer título, no mencionado período. (art. 7º)

9. Altera a periodicidade do reajuste dos benefícios da Previdência Social, que deixa de corresponder à data de reajuste do salário mínimo e passa a ocorrer semestralmente, nos meses de janeiro e julho de cada ano. (art. 8º)

10. Revoga o art. 130 da Lei nº 8.213/91, que determina o cumprimento imediato de decisões ou sentenças judiciais

que envolvam pagamento de benefícios e que desonera o beneficiário de restituir os valores já recebidos quando houver reforma da decisão judicial. (art. 12)

O Sr. Humberto Lucena — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ALMIR GABRIEL — Ouço o aparte do nobre Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena — Estou ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Exª, que, aliás, me parece irresponsável. V. Exª, que é um estudioso da matéria e que por isso mesmo foi o Relator da Seguridade Social na Assembleia Nacional Constituinte, tem melhor do que ninguém a indispensável qualificação para debater esse assunto. Pelo que conhecemos da sua formação, V. Exª, sem prejuízo de sua filiação partidária, possui grande espírito público. Por isso mesmo, V. Exª tem se havido, durante toda a sua atuação parlamentar, com absoluta isenção. Ainda há pouco tempo lembro-me que reuni a Bancada do PMDB na sala da Liderança neste Casa, para ouvir o Dr. Campos da Paz, a respeito de um projeto que dava uma nova caracterização jurídica ao Hospital Sara Kubitschek. E V. Exª lá compareceu a nosso convite, porque julgamos que era importante ouvir a sua opinião, por entender que, nesse assunto, ninguém supera V. Exª não só no Senado mas também no Congresso Nacional. Ainda ontem, dizia isso — não quero lhe jogar confetes — numa reunião de Líderes da Câmara dos Deputados. Achei que V. Exª deveria ser chamado para dar o seu ponto de vista sobre esse projeto da Previdência. Depois, em um outro projeto que ainda está, se não me engano, no âmbito das Comissões, que é aquele relacionado com a extinção dos hospitais psiquiátricos, voltamos a nos reunir na liderança do PMDB e, novamente, V. Exª foi convidado. Isso tudo numa homenagem a seu talento, a sua cultura, ao seu modo de ser, como parlamentar. Estou fazendo este intróito para dizer que, na verdade, creio que o Senado, hoje, está sendo brindado pelas suas palavras. No assunto esse projeto é o único objetivo da precipitada convocação extraordinária do Congresso Nacional, pelo Sr. Presidente do Congresso Nacional. Ninguém melhor do que V. Exª para dar este depoimento. De suas palavras, chegamos, inicialmente, a uma conclusão — como dizia aqui para o Senador Fernando Henrique Cardoso — muito simples: a imprevidência do Governo levou-nos à crise da Previdência pública. Isso não é mero jogo de palavras, porque V. Exª no seu pronunciamento o comprova, ilustrativamente, com todos os argumentos que aqui nos trouxe. Em relação ao projeto de lei que V. Exª acaba nas suas linhas gerais, de referir que gostaria apenas de me ater ao aspecto jurídico. Aí vejo logo não só inconstitucionalidades, mas também injuridicidade. Ainda ontem conversava com V. Exª a esse respeito. Por exemplo, é uma ofensa ao art. 60 da Constituição e, portanto, aos direitos adquiridos pretender-se, como quer o Governo no seu projeto, passar a cobrar contribuição social de 7% dos aposentados e pensionistas, que estão isentos, em face de uma lei de 1986. De agora em diante, os que se aposentassem ou tivessem pensões poderiam pagar a contribuição, mas não os que já se beneficiaram por essa lei. Caso contrário, estaremos agredindo os seus direitos adquiridos e eles iriam, fatalmente, às portas da justiça. De outra parte, o dispositivo a que V. Exª aludiu estabelece que a partir de junho a correção dos proventos das aposentadorias e das pensões passará a ser feita de acordo com o INPC, e não mais de acordo com o reajuste do salário mínimo. Pretender-se, então, que o que tiver sido pago a mais no período anterior não seja mais consi-

derado é outro absurdo, porque também viola direitos adquiridos.

O que se incorporou, em face de uma legislação anterior, aos proventos dos aposentados e pensionistas, a mim me parece, também, direito adquirido. Por último, há a injuridicidade daquela questão a que V. Exª se referiu, com muita propriedade, de querer-se, além de aumentar as contribuições sociais dos trabalhadores, acrescentar um adicional de 3%, sem nenhuma contrapartida. É absolutamente injurídico; isso prova, nobre Senador Almir Gabriel, que o Governo Collor, além de incompetente politicamente, porque convocou o Congresso sem nenhum consulta prévia à sociedade, também o é administrativamente, pois essas questões que estou levantando, do ponto de vista jurídico revelam a absoluta falta de suporte jurídico dos atos do Senhor Presidente da República. Quero parabenizar, portanto, V. Exª e dizer que realmente esse projeto é tão ruim que não conta com o apoio de ninguém da sociedade brasileira. Admito até que, se chegarmos aos números certos e concluirmos que é preciso reforçar o caixa da Previdência Social para não prejudicar o direito dos aposentados e pensionistas, tudo bem. Vamos encontrar outros meios e modos de alocar recursos, mas não através das medidas perversas contidas no infeliz projeto governamental.

O SR. ALMIR GABRIEL — Agradeço o aparte de V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldaña Derzi) — Lembro a V. Exª que o seu tempo já se extinguiu há muito, nobre Senador.

O SR. ALMIR GABRIEL — Agradeço o reparo da Presidência e gostaria de agradecer mais uma vez as palavras do Senador Humberto Lucena com relação a minha pessoa, ressaltando como retribuição o fato de que reconheço na vida política de V. Exª uma pessoa que se dedicou permanentemente à defesa da liberdade e da democracia e que também, obsessivamente, defende o Nordeste e o seu povo humilde e sacrificado. De maneira que as palavras vindas de V. Exª me honram profundamente.

Quero dizer que V. Exª ao me convidar para falar a respeito da questão do Hospital Sarah Kubitschek e da questão dos manicômios foi uma honra muito grande, e terei sempre toda a disponibilidade para discutir e conversar com todos os companheiros a respeito de tais problemas.

V. Exª frisou um ponto da imprevidência da Previdência Social. Diria que essa é a marca desse Governo que buscava uma inflação zero. E se essa inflação zero ia ser buscada com recessão, era evidente — e todas as pessoas que militam na área da Previdência ou na área da seguridade social sabem — que toda a ação recessiva leva ao desemprego, leva ao achatamento salarial, leva à diminuição da atividade econômica e, por via de consequência, aumenta a quantidade de benefícios e a demanda dos serviços públicos de saúde.

Então, se o Governo sabia que ia ter necessidade de fazer recessão para poder atingir os seus objetivos de inflação baixa, era absolutamente indispensável que ele tratasse de não desviar os recursos que a Constituição previa para a finalidade da seguridade social.

No momento em que ele retira dinheiro da seguridade social e paga EPU, paga encargos previdenciários da União, no momento em que ele pega dinheiro da seguridade social e manda demarcar terras de indígenas, evidentemente que ele está mais do que demonstrando a sua imprevidência ou a sua incompetência.

Agrego a essas considerações algumas outras — porque não posso perder esta oportunidade e, para isso, solicitaria alguns minutos a S. Exª, O Sr. Presidente — que seriam as seguintes. O primeiro ato do Governo no campo da Seguridade Social foi dividi-la em três partes, ou seja, Previdência, Saúde e Assistência, não buscando, de maneira nenhuma, a integração entre elas.

Ora, aquilo que é o fundamento dentro da Seguridade Social é o bem-estar que se busca; e bem-estar não se busca a não ser a partir do bem-estar da pessoa e da família. O bem-estar coletivo vem como consequência disso. E o que vimos? Cada um dos ministérios age para o seu lado.

O Ministro da Saúde assumiu seu Ministério dizendo que toda a questão da Saúde se resumia em duas coisas: a incompetência — eu diria, até a safadeza da classe médica em não atender bem — e a ineficiência do setor — isso era o básico — e estabeleceu um programa que envolve cerca de 274 prioridades.

Ora, no momento em que o Governo diz dentro de um setor que tem 274 prioridades, não tem nenhuma prioridade. Ele determinou, de maneira clara, que não sabe, sequer, identificar aquilo que é problema.

Entendo que isso se completou com o fato terrível de S. Exª o Sr. Ministro da Saúde, num de seus primeiros atos, ter demitido todos os servidores que estavam nas chefias do Ministério da Saúde — pessoas que lá estavam há 25, 30, 35 anos.

Tenho, inclusive, um amigo pessoal, que é consultor da Organização Mundial de Saúde em Terapêutica de Doenças Respiratórias, que foi sumariamente demitido. Ele é consultor da organização Mundial, serve a ela, mas não serve para o Brasil, e tomou conhecimento da sua demissão pelo *Diário Oficial*. E assim como ele, tantos outros.

O que estamos assistindo na Fundação Nacional de Saúde? Posso dizer-lhes acompanhando isso. Por que saiu Valdir Arcoverde da Fundação Nacional de Saúde? Saiu de lá porque a lei da criação da Fundação não andava. E a lei não andava porque ele não tolerou aceitar o seu Vice-Presidente e o Diretor Administrativo imposto pelo Ministro. Então, demitiu-se, e assumiu nossa brilhante enfermeira. Enfermeira que deu provas de coordenar muito bem o Programa de Imunização. Mas ela aceitou o Vice-Presidente e o Diretor Administrativo.

Todos sabíamos que o Brasil estava dividido por um paralelo que passava por Brasília. O paralelo superior norte — ficava com o Sr. Romero, o paralelo abaixo de Brasília ficava com o Sr. Prates — sei lá das contas — que era o Diretor Administrativo. Eles tratavam de fazer todas as coisas. Na hora de se constatar todas essas irregularidades no campo da saúde, demite-se todo mundo, para fazer de conta que todos estavam envolvidos na questão, quando na verdade eram o Sr. Romero e esses outros dois. Todo mundo sabia disso; só não sabia o Sr. Ministro. Mas talvez, o Ministro havia imposto aquilo.

Quero expor um outro dado. Tenho muito cuidado em relação a essas questões éticas. Ninguém aqui me vê citando, nem discutindo, nem assacando contra pessoas. Mas gostaria de colocar que ao lado dessa questão há uma outra mais séria e mais grave, que é a da saúde pública no Brasil, que está literalmente abandonada.

Estamos vivendo o problema da cólera, o problema da dengue, da malária, esquistossomose, da doença de chagas, tudo isso em total e completo abandono, e este País irá pagar

com vida e sofrimento por tudo isso que está acontecendo na área da saúde. O mesmo, no campo da Previdência Social.

O que está ocorrendo no campo da Previdência Social foi testemunhado por todos os Senadores quando S. Ex^a, o Sr. Ministro, veio a esta Casa. Quando S. Ex^a foi interpelado sobre a diferença entre Seguridade Social e Previdência sua resposta foi que a diferença era aquilo que o trabalhador levava para a casa no final do dia, no final do mês, no final do ano. Quer dizer, como essa pessoa pode tomar conta de um Ministério que detém 38,5% do total do Orçamento da República?

E aí vem uma questão. A Sra. Rosane Collor foi compelida a sair da LBA por causa de coisas que teriam acontecido na LBA de Alagoas, diria que foram coisas de uma dimensão extraordinariamente menor do que as que têm acontecido dentro do Ministério da Saúde e do Ministério da Previdência Social.

Gostaria de saber qual o tipo de relação — tão diferente — entre o Presidente e sua esposa e o Presidente e os dois Ministros? Uma vez detectadas coisas de tamanha importância e seriedade dentro dessas duas áreas — apesar disso — por que eles são mantidos?

Considero uma extravagância que não sei responder. Mas acho que quem tem respondido é o conjunto da sociedade brasileira, e quem mais responderá são exatamente os trabalhadores que estão na faixa do salário mínimo ou pouco acima dele, vivendo o salário da fome e da miséria.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas. O orador foi cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — A Presidência tem a honra de passar a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, se de nós dependesse, entregaríamos todo o tempo para que o Senador Almir Gabriel continuasse o seu pronunciamento, pois foi um dos mais belos feitos nesta Casa. Temos a maior admiração e o maior carinho pela ação ativa de S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Razão por que a Presidência teve uma tolerância toda especial, e pede desculpas a V. Ex^a por ter permitido ao orador que o antecedeu que ultrapassasse o tempo regimental.

O SR. PEDRO SIMON — Repito a V. Ex^a que, se fosse possível, concederia o tempo a mim destinado para que o Senador Almir Gabriel continuasse na tribuna.

Sr. Presidente, do esboço apresentado pelo Senador Almir Gabriel, analiso uma manifestação feita hoje na imprensa do País com relação ao comportamento desta Casa e como devemos votar essa matéria. Aliás, as manchetes que a imprensa vem publicando sobre essa matéria versam sobre como haveremos de votar. Qual será o voto dos parlamentares com relação a esse projeto. Confesso que por onde tenho andado, no Rio Grande do Sul e aqui no Congresso Nacional, as informações são todas no sentido de que é difícil aprovar esse projeto, de modo especial, como veio a esta Casa. E o mais impressionante, o que mais chama a atenção, reparem que o Senador Almir Gabriel diz que o déficit, a quebra do caixa da Previdência, seria de 5.2 bilhões de dólares ou 5.2 trilhões de cruzeiros; ou seja, 360 por mês multiplicado por 12 resultam 4 bilhões de dólares este ano e mais 1.2 bilhão, que é a quebra do ano passado. Isso diz o Senador Almir Gabriel, e o Governo envia um pedido de mais de 11 bilhões de dólares. Abrimos

o jornal e fontes da Previdência dizem que não seria necessário esse aumento de tributação se toda a verba ficasse no setor e se de lá não saísse para ser aplicada em outros setores dentro do Governo. Não sei.

Com toda a sinceridade, acho muito difícil esse projeto ser aprovado. Quando o Congresso Nacional foi convocando e quando o Presidente da República falou na televisão, dizia para as pessoas que estavam a nossa volta que foi um lance inteligente do Presidente, porque em meio a essa determinação dos 147% Sua Excelência não briga; ou o Congresso Nacional vota a solicitação de aumento ou divide com o Congresso Nacional a responsabilidade pela crise na Previdência. Isto a gente já imaginava. Agora, vir a imprensa ministros do Governo Federal dizerem que “ou nós votamos esse aumento ou é o caos”.

Vir, como está na imprensa de hoje, e dizer que uma onda de distúrbio, com cenas de violência nas grandes cidades, se o Congresso não votar o projeto com o aumento das alíquotas é a expectativa do que está acontecendo. Dizer-se que haverá uma insurreição social se não votarmos esse projeto, sinceramente, leio e fico preocupado. Fico preocupado quando se diz que não há outra saída. Vão quebrar tudo por aí, porque não haverá dinheiro para cumprir essa ordem. Aí vem o Ministro e diz: “Mas o Congresso Nacional diz que antes de votar quer que o Governo Federal envie números a essa Casa. E quer que o Tribunal de Contas da União dê a resposta sobre o levantamento da situação da Previdência”. Aí vem o Ministro e diz: “Mas será que somos tão canalhas assim, que os Parlamentares não acreditam nos nossos números?” Não acredito que o Ministro tenha usado essa expressão, “será que somos tão canalhas assim”, mas acredito que o Ministro tenha levantado a dúvida com relação aos números que o Governo apresenta. Pois o Senador Almir Gabriel levantou essas dúvidas. Neste Congresso, parlamentares de todos os partidos têm levantado essa dúvida. E acreditamos que essa dúvida é absolutamente correta. Não sei, mas pronunciamento do programa de governo do candidato Collor, onde Sua Excelência dizia que as questões existiam, mas que não era possível continuar a querer resolver as questões com o aumento da tributação, e que haveria de se encontrar a forma através da qual se encontraria o equacionamento da situação da Previdência, sem o aumento da alíquota.

O grande desafio, a grande novidade do programa do candidato tinha sido exatamente este: da normalização, da racionalização do serviço da Previdência, sem o aumento da alíquota. Aliás, quem ouve os pronunciamentos, os discursos, e lê os célebres artigos publicados na imprensa, sobre o liberalismo que Sua Excelência defende, parece que a coisa mais antiga, mais velha e mais conhecida é querer resolver os problemas de caixa, com o aumento dos tributos. Nem parece que seja moderno e nem me parece que isso seja liberal. O equacionamento do problema da quebra de caixa, exatamente, foi o aumento da alíquota.

Não precisa ser o Dr. Collor, não é preciso fazer os pronunciamentos que Sua Excelência vem fazendo, não precisa falar em modernidade, não precisa falar numa louca escalada do liberalismo, para aumentar tributo, para resolver o problema de caixa. Isso é tão velho quanto o mundo.

A grande verdade é que cito aqui o pronunciamento do ilustre Senador que saiu desta tribuna, há poucos instantes, de certa forma o que estava acontecendo, quando convocou o Ministro da Previdência, o Sr. Rogério Magri, e o Sr. Magri desta tribuna respondia ao Senador Almir Gabriel. Quando

o Senador perguntava os números, qual é a situação do caixa? Qual é a arrecadação? O que está acontecendo nessa situação? E o Ministro respondia ao Senador: "Senador, não vim aqui para discutir números com V. Exª, a questão é política. Vim aqui discutir política com V. Exª. Se V. Exª quer discutir números, procure os meus assessores e com eles discuta os números".

Ora, se num longo debate, numa tarde inteira nesta Casa, repetindo, diga-se de passagem, a mesma passagem do Ministro pela Câmara dos Deputados.

Não há, não existe, ninguém dá uma resposta de qual é a situação da Previdência. Como querer o Ministro agora dizer que é absurdo o Congresso Nacional achar que eles, Ministros, não conhecem os números. Na verdade, as dúvidas, repito, são dramaticamente importantes.

Outro dia ouvi um humorista num programa de televisão dizer que para nós os números seriam impressionantes, bilhão, trilhão. Outro dia, inclusive, se fez uma pesquisa com relação à dívida, fazendo algumas perguntas e ninguém soube responder. Como outro dia vi fazerem perguntas como qual é o preço de uma caixa de fósforo, qual é o preço de um cafezinho, qual é o preço de um pãozinho de 250 gramas e as pessoas ao responder davam as respostas mais absurdas. A verdade é que uns dizem que o déficit da Previdência com os 147% será três e meio bilhões de dólares. Foi dito aqui no pronunciamento anterior. Outros dizem que não há nada, não precisa aumentar um centavo a alíquota, basta que todo dinheiro recolhido seja aplicado e não desviado como foi desviado.

Como vamos votar? Baseado em que vai se levar adiante essa questão? Por isso, não aceito a tese de que se o Congresso não votar o projeto vai ser o caos social, vai ser o quebra-quebra, vai ser o descalabro, e de certa forma seremos os responsáveis.

Com toda sinceridade, não creio que a questão seja levada para lá. Não creio que o Congresso Nacional tenha que ser empurrado contra a parede sobre a responsabilidade de que a situação é essa, ou vota ou não sei o que vai acontecer. Não creio, com toda sinceridade.

Pelo contrário, creio na tese de que não devemos votar correndo, mas que devemos meditar passo a passo, esperar o resultado do Supremo Tribunal Federal, esperar o levantamento feito pelo Tribunal de Contas da União, e fazer com que o Governo venha a esta Casa e traga esclarecimentos ponto por ponto sobre essas dúvidas, parece-me um assunto realmente importante e necessário.

Há outras dúvidas. Os 3% a mais que estão sendo exigidos são tributação ou não? É uma questão que não pode ser largada sem mais nem menos. A Constituinte determinou que aposentado não paga contribuição. Vem o projeto e diz que vai pagar. É Constitucional ou não essa questão e essa matéria? Parece-me que essas são questões que deverão ser analisadas e aprofundadas para que possamos levar adiante essa matéria.

Acho que na convocação do Congresso Nacional — com todo respeito que merece o Presidente, é um direito de Sua Excelência — houve precipitação sobre essa questão. Acho que poderia ser prescindida do diálogo do Presidente com os Líderes, com os parlamentares da Câmara e do Senado, inclusive com os do seu Partido e, pelo que sei, tomaram conhecimento no exterior através de notícias, e os que estavam aqui, assistindo à televisão, ficaram sabendo que o Congresso seria convocado, porque, na verdade, não estavam a par disso.

Creio, Sr. Presidente, que o debate está sendo aberto, ele é importante e necessário. Mas também creio, Sr. Presidente, que, em meio a toda essa disposição, temos a responsabilidade de nos aprofundar no estudo desta matéria. Pronunciamentos que estão sendo feitos aqui, estudos que estão sendo desenvolvidos aqui como, por exemplo, na Câmara dos Deputados, do extraordinário Deputado do meu Partido, que é o Deputado Antonio Britto, um dos Deputados mais competentes e que, inclusive, estudou com profundidade matérias ligadas a este assunto e que tem a credibilidade da Nação inteira com relação a esta matéria de seguridade. Não creio que crítica incompreensível e injusta ao homem da competência do Deputado Antonio Britto vai resolver ou equacionar esta matéria.

Ao Deputado Antonio Britto levo meu abraço, meu respeito e minha admiração na convicção de que S. Exª fez por merecer e, nesta matéria, exatamente pelos estudos e pela competência com que fez, está a merecer o respeito de todos nós.

Com relação a nós, Sr. Presidente, ficamos aqui na expectativa. Não sei se votaremos de um lado ou de outro, mas procuraremos nos aprofundar para ver a maneira de aperfeiçoar esta matéria.

O Sr. Eduardo Suplicy — Permite V. Exª um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Ouço V. Exª com muito prazer, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy — Senador Pedro Simon, permita-me saudá-lo, pois, estando de acordo com V. Exª e, neste instante em que menciona o esforço do Deputado Antônio Britto para contribuir no sentido de resolver o impasse sobre a Previdência Social, gostaria de fazer uma reflexão, pois o Deputado Antônio Britto mencionou, em entrevista à imprensa, que estaria cogitando da apresentação de projeto de lei, tendo em vista a forma como o Governo Federal não tem conseguido administrar bem a Previdência Social, para que os trabalhadores e empresários pudessem como que co-gestionar a Previdência. Sobre esse assunto justamente, formulei pergunta ao Presidente do Instituto Nacional de Seguridade Social, José Arnaldo Rossi, na exposição que há pouco fez na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados — ali houve a possibilidade de Senadores também participarem —, e lembrei que, bem verdade, existem já, pela lei aprovada no ano passado sobre a seguridade social, o Conselho Nacional de Seguridade Social e o Conselho Nacional da Previdência Social, onde estão justamente representados trabalhadores, empresários e aposentados. O que gostaria, num momento como este, era justamente de ouvir a opinião desse Conselho sobre o impasse que estamos vivendo. Se, no ano passado, o Congresso Nacional definiu a constituição desse Conselho, seria muito importante que ele agora estivesse se reunindo. Esperamos que o Presidente da República, quando designou os membros, inclusive indicados pelas centrais sindicais, pelas confederações de trabalhadores e pelas entidades empresariais, para terem assento nesses Conselhos, tenha designado pessoas com grande responsabilidade. Informou-nos o Presidente José Arnaldo Rossi que esses Conselhos da Seguridade Social e da Previdência Social vão-se reunir quinta-feira próxima. Será a primeira reunião, desde que foi aprovada a lei, exatamente para discutir essa proposição. Gostaria de salientando do PMDB, ou seja, que trabalhadores e empresários estejam participando não apenas da fiscalização e do controle, mas da gestão desses recursos da Previdência. Se não houver

isso, nós vamos continuar a ver, a cada dia, denúncias de irregularidades, de má aplicação de recursos. Ainda hoje a Folha menciona mais um contrato, sob a alegação de notória especialização, com uma empresa de serviços, de 100 milhões de cruzeiros por mês. Talvez seja pouco em relação aos trilhões do déficit hoje existente que o Governo nos coloca, mas a repetição de contrato aqui, contrato ali vem mostrar não apenas o mau trato, a falta de cuidado com recursos públicos, mas também vem desmoralizar um Governo que hoje é chamado pela Nação a gerir melhor os seus recursos. Tendo em vista a observação do Deputado Antônio Britto, de que iria apresentar um novo projeto com a participação de trabalhadores e empresários fico pensando se apenas os trabalhadores e empresários poderiam gerir algo que é de responsabilidade de fato do Governo Federal. Parece-me que, pelo princípio da gestão conjunta — trabalhadores, empresários e Governo — será inevitável continuar. Mas a verdade é que o princípio existe, mas não está sendo colocado em prática devidamente. Já na administração de outro fundo social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, onde existe um Conselho Curador, que trabalha junto à Caixa, têm havido muitas falhas. Por que razão? A bancada de trabalhadores e de empresários naquele Conselho Curador, tem, a muito custo, quase que a fórceps, conseguido obter informações. Mas não tem por exemplo, efetivamente participado das decisões de aplicação desses recursos. Isso fica a cargo da direção da Caixa Econômica Federal. É preciso que esses Conselhos, onde estão trabalhadores e empregados, conselhos aprovados pelo Congresso Nacional para ajudar na gestão dos recursos da Previdência, venham a funcionar com maior eficácia. Avalio que essa é uma das responsabilidades do Congresso Nacional neste momento. Acredito mesmo que o Senado, bem como a Câmara, poderiam, dentre os passos que devemos colocar no exame dessa matéria, convidar os representantes dos trabalhadores, dos empresários e dos aposentados neste Conselho que vai se reunir quinta-feira próxima, para que eles nos digam, também, quais as suas opiniões sobre o projeto que o Executivo nos apresentou para exame nesta oportunidade. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON — Concorde plenamente com V. Ex^a inclusive o Senador Almir Gabriel disse hoje à imprensa local, e era uma das questões que me pareciam importantes:

“Grande parte dos problemas vividos agora e no passado pelo setor decorre da má gestão. A Previdência Social tem um Conselho Curador que não possui, na prática, nenhum poder de decisão, uma vez que se encontra subordinado à vontade do Palácio do Planalto. Pior ainda: o Conselho Curador é integrado por pessoas que não estão, na sua grande maioria, habilitadas a exercer as funções a que se encontram “destinadas”. S. Ex^a faz apenas uma exceção ao se referir ao médico Adib Jatene.”

Creio que V. Ex^a aborda com muita clareza um aspecto que me parece importante. Mas, aí, volto à bandeira do Governo, que é a modernidade o Governo poderia ter um Conselho representativo daqueles que entram com o dinheiro e daqueles que têm o destino das verbas que estão sendo empregadas, no entanto, esse Conselho é apenas de fato. Vai-se reunir, como disse V. Ex^a, pela primeira vez, agora. Creio, e concordo plenamente com V. Ex^a, que se se desse força para que esse Conselho pudesse existir, se se tirasse o máximo possível do controle absoluto do Estado e se desse esse controle às entida-

des diretamente interessadas — trabalhadores, empresários e o próprio Governo —, a situação não seria essa.

Acho muito difícil que se tivessem dado as verbas que deram para a Fundação do Banco do Brasil, sem olhar para quê, e para empresas quebraram, sem nunca ter havido retorno, se as pessoas pudessem efetivamente que votar e decidir, e não apenas fazerem parte de uma entidade *pro forma* sem nenhuma participação nos destinos da entidade. V. Ex^a tem a mais absoluta razão nesse sentido. Repare que já estamos há um bom tempo denunciando, abrindo inquérito para apurar os maiores escândalos existentes dentro da Previdência Social, e o Governo vem e manda esse projeto — repito — voltando à rotina de aumentar, sem apresentar uma proposta com relação a equacionar para a frente. Concorde com a argumentação de V. Ex^a e creio que o Deputado Antônio Britto deverá levá-la em consideração na hora de apresentar o seu projeto.

O Sr. Ronan Tito — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Ronan Tito — Senador Pedro Simon, volto um pouco, quando V. Ex^a fala da convocação. Fico pensando na sua desnecessidade. Por que se convoca o Congresso Nacional nesta hora? Precisamos votar mais tributos para cobrir rombos da Previdência Social ou necessidades de caixa para pagamento dos 147%, ou seja, falta de recurso. No entanto, faz-se uma convocação extemporânea para um estudo que poderia e deveria ser feito no tempo regular do funcionamento do Congresso Nacional. Qual o prejuízo que teríamos se no dia 15 chegasse aqui um projeto, ou uma medida provisória, ou qualquer coisa nesse sentido? Qualquer assunto que estudarmos agora entrará em vigor a partir de quando? De 90 dias? Estive na televisão, se não me engano no programa “Bom-Dia Brasil”, falando sobre um outro tema, não me lembro mais sobre o quê, quando me perguntou o entrevistador: — “E se houver convocação extraordinária?” Falei: — “Não, não haverá convocação extraordinária, porque o Governo está na contenção de gastos, temos que coibir os gastos para diminuir o déficit, para diminuir a inflação”. E vem essa convocação! Um assunto da maior seriedade que, como disse V. Ex^a muito bem, requer um estudo muito profundo, levantamento de dados, de números, repercussão desses percentuais. Quanto isso repercute, finalmente? Isso vamos fazer dentro de um breve período de convocação, que pessoas estavam fora do País, outras em locais de difícil acesso? Quer dizer, fico ainda no questionamento inicial. Lastimo imensamente, é deplorável que tenha sido feita essa convocação extraordinária. É deplorável, pelas despesas, por todo esse convulsionamento que traz ao Congresso Nacional e também agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

O SR. PEDRO SIMON — Creio que V. Ex^a está absolutamente correto. Pelo menos, diria que a convocação foi feita sem que tenhamos os números e os dados necessários. Observe que o Tribunal de Contas da União aceitou a tese de fazer um levantamento para verificar quais são esses números e quais são esses dados. Repare que a rigor o Supremo Tribunal Federal ainda não decidiu e não sabemos qual será a sua decisão. E se o Supremo disser que não, que não são os 147%? Vamos votar o projeto?

O Sr. Maurício Corrêa — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Ouço com prazer, V. Ex^a, nobre Líder, Maurício Corrêa.

O Sr. Maurício Corrêa — Senador Pedro Simon, depreendi do discurso de V. Exª que, no fundo, o nobre Senador vive aquela dúvida shakespereana do *to be or not to be*, ou não ser. Alinho-me a essa mesma perplexidade porque, se encontrarmos razões que justifiquem a aprovação de uma medida excepcional, acho que não haverá nenhum parlamentar que deixará de dar a sua contribuição. O grande problema é que vivemos numa situação de absoluta indefinição. Não sabemos o que existe exatamente em decorrência das colocações muito bem postas, feitas por V. Exª, acerca das disparidades, das contraposições, das oposições, dos contra-argumentos que estão sendo lançados por aqueles que entendem mais de Previdência Social. Mas, Senador Pedro Simon, eu, diante do que V. Exª coloca, me atrevo a lançar também aqui uma preocupação que me ocorre. V. Exª sabe que desde 1º de setembro do ano passado a dúvida a respeito da necessidade, do direito de pagar os 147% já existia. Agora, logo em seguida, as liminares começaram a surgir. Será que não houve nenhuma previsão, nenhuma programação desse Governo diante da torrente de liminares que surgia e esperou que votássemos, no final do ano, até num esforço ingente de todos os que se encontravam aqui, votamos a rolagem de dívida, a medida cautelar fiscal, o PIS, exatamente para evitar que o Congresso fosse convocado pelo lançamento de uma medida provisória, ou mesmo que o Governo tivesse necessidade de convocar o Congresso. Não houve nenhuma programação acerca daquilo que a Justiça estava decidindo. Isso é o que acho intragável, isso é que acho insuportável, a falta de programação de um Governo, e em decorrência desta imprevisibilidade, em decorrência desse estado que o Governo criou, da própria incompetência da administração pública, nós chegamos novamente a essa convocação, com os ônus que ela traz, e aqui estamos, exatamente como Heckel, em "Esperando Godot". O que nós estamos fazendo aqui no Senado? Se nós sabemos que a Câmara vota primeiro, vamos ter que esperar a Câmara digerir tudo isso, discutir, para, depois, o Senado votar. Quer dizer, vamos ficar aqui conjecturando, nos reunindo nas Comissões para ouvir A, B ou C, mas sem nenhum sentido prático, porque não podemos votar, não podemos discutir para votar ainda. Quer dizer, acho que V. Exª tem toda a razão, em primeiro lugar, quando lança essa dúvida a respeito da própria perplexidade. E, em segundo lugar, do adodamento com que essa convocação foi feita. De sorte que resumo esse aparte apenas para manifestar a minha estranheza diante desta convocação, do ônus que ela implica, e dizer que me situo exatamente na mesma vertente de V. Exª, a dúvida que remanesce em nós, da existência da justificativa final da convocação. E o que é mais grave, Senador Pedro Simon, li outro dia uma entrevista do Dr. Célio Silva, eminente Consultor-Geral da República, em que dizia que no dia 1º de julho deste ano o Governo terá que aplicar o INPC, portanto, haverá um crédito para o aposentado de 37,5%, o que na linguagem deles — não sei traduzir aqui — seria a incorporação desses 147% que a Justiça está dando, quer dizer, zera. O aumento que a Justiça está dando agora — e isso está no art. 7º — não será computado para efeito de aplicação desses 37,5%. De sorte que naquela ocasião, então, aquilo que o Congresso terá criado para ultrapassar essa fase deixará de existir, porque as finanças da Previdência já estarão equilibradas, é o art. 5º combinado com o art. 7º desse projeto do Governo. Ora, se é uma situação emergencial, diria de sete meses, será que se justificava a convocação do Congresso? Será que é preciso realmente essa

medida? Eis aí também uma outra dúvida que acho precisa ser esclarecida para que tenhamos a consciência tranqüila para votar, mas até agora estou como o Heckel do Godot, fazendo o quê? Esperando o quê? Parabéns, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON — Agradeço o aparte de V. Exª e vejo que V. Exª apresenta exatamente uma série de ponderações, as mais importantes, com relação à interrogação do nosso comportamento. E, no entanto, vemos na imprensa autoridades do Governo dizendo que somos responsáveis e obrigados a votar ou aprovar, porque se isso não acontecer as consequências que ocorrerem lá fora serão nossa responsabilidade.

Vejo que V. Exª diz com toda a lógica que, esse é o processo que, por invocar 11 bilhões de dólares, desperta interrogações com relação se deve ou não pagar esse tributo às pessoas que estão aposentadas; se é ou não é tributação os 3% a mais; se há ou não necessidade desses recursos, não sei. Mas esse é daqueles projetos que, dificilmente, tenhamos, tantos quantos esses, a interrogação de como votá-lo. V. Exª tem razão. Se convencer a V. Exª ou a nós, ou aos membros deste Congresso Nacional de que isso é necessário, de que isso é importante, é claro, que vamos votar. Ninguém vai querer implodir a Previdência Social. Mas se não provar isso, ninguém nos forçará a votar uma matéria dessa natureza.

Creio, com toda a sinceridade, que as interrogações estão aí, que as dúvidas estão aí. Em que pese que numa hora como essa não possamos convocar. Porque a primeira coisa que me disseram foi esta: vamos convocar o Ministro do Trabalho e Previdência Social, Antônio Rogério Magri. Mas sabemos que se S. Exª vier aqui para debater com V. Exª, nobre Senador Maurício Corrêa, ou com o Senador Almir Gabriel, vai dizer que essa é uma questão política, não é uma questão nova. Mesmo S. Exª sendo técnico e nós, sendo políticos, esta é mais uma questão de números, além de uma questão política.

Meus cumprimentos a V. Exª, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Rachid Saldanha Dêrzi, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lucídio Portella, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Coutinho Jorge. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Amir Landó. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ronan Tito. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Presidente Fernando Collor de Mello, na manhã de hoje, fez um pronunciamento por ocasião da solenidade de desestatização da EMBRAER, em que teceu considerações de natureza política, falando das suas dificuldades no relacionamento com o Congresso Nacional.

Sua Excelência colocou algumas reflexões que me sinto na responsabilidade de, aqui, comentar.

Diz o Senhor Presidente da República que os problemas que tem enfrentado decorrem, em grande parte, de uma certa obstrução que estaria acontecendo no Congresso.

Diz Sua Excelência que nunca, na História recente brasileira, um governo se dispôs tanto a ser fiscalizado quanto este, que nunca nenhum governo teve que se defender de dúvidas e ataques como este.

Parece que o Senhor Presidente Fernando Collor de Mello se esquece de como o Congresso Nacional tantas vezes, e, inclusive, recentemente, soube ser extremamente crítico dos governos que por aqui passaram.

Os governos militares tiveram valorosos críticos no âmbito do Congresso Nacional, mesmo o Governo que precedeu ao do Presidente Fernando Collor teve nele próprio, como então Governador de Alagoas, um crítico veemente e que, muitas vezes, utilizava-se de palavras ofensivas para caracterizar a administração do ex-Presidente José Sarney. Sua Excelência foi um dos que atacou com veemência a existência de marajás no Governo José Sarney, enquanto que hoje, em sua gestão, dá exemplo de quê? Ainda há poucos dias o *Jornal do Brasil* dava conta de alguns tipos de "marajás", isto é, pessoas que durante a campanha do Presidente Fernando Collor trabalharam, assiduamente, como jornalista, fazendo sua campanha ou os que, de alguma forma, o ajudaram e que agora, por exemplo, receberam uma espécie de prêmio, não um emprego obtido por concurso e nem condizente, exatamente, com a remuneração que antes detinham nas suas profissões, alguns avaliam até que poder-se-ia pensar numa espécie de aposentadoria muito especial. Refiro-me, por exemplo, àqueles que se tornaram adidos culturais em países como Itália, Espanha, França e outros. A imprensa registrou que alguns deles receberam hoje remunerações mensais da ordem de 10 milhões de cruzeiros. Não será isso exemplo de uma aplicação inadequada de recursos públicos? Será essa remuneração condizente para um Governo presidido por um ex-Governador que tanto criticava os "marajás" existentes no Governo José Sarney?

Tenho respeito pelo ex-Deputado, do PDT, meu contemporâneo na Câmara dos Deputados, Sebastião Nery, que foi quase um escriba da campanha do Presidente Fernando Collor e que acabou sendo guindado ao posto de Adido Cultural, e, segundo informa o *Jornal do Brasil*, do último sábado, a sua função não é propriamente de grande trabalho, mas semelhante a de outros adidos, o que soa estranho para um governo que antes era tão rigoroso enquanto crítico de Governos anteriores.

O Presidente Fernando Collor diz, em seu pronunciamento de hoje: "As instituições funcionam plenamente, o Congresso robustecido por ter adquirido as suas prerrogativas, o Judiciário cada vez mais vigilante, o Executivo trabalhando e promovendo as reformas que a sociedade brasileira aprovou nas urnas em 1989, em duas oportunidades; as instituições funcionando plenamente; o País, hoje, podendo ter uma visão mais bem delineada do seu futuro".

Seriam essas palavras condizentes com o que se esperava de quem pregou na campanha eleitoral que promoveria a retomada do crescimento econômico; que promoveria o combate à inflação sem a recessão; além do resgate de esperança para os descamisados. Em 15 de março, completar-se-ão os dois anos de Governo. O que é que podemos observar? A insistência do Governo em promover a recessão como método principal de combater-se a inflação e de ajustar a economia

com vistas a atender aos reclamos dos credores internacionais do Brasil.

Mas o Presidente da República faz hoje uma exaltação, não do sistema de governo que ele próprio atua, não do sistema de governo presidencialista, Sua Excelência fala da sua preferência pelo parlamentarismo. Colocaremos as palavras do Presidente Fernando Collor para, em seguida, comentá-las.

"Vem aí a questão do sistema de governo. É previsto para 1993, em data ainda a ser confirmada — porque me parece que há uma emenda tramitando no Congresso para fazer com que a Reforma Constitucional prevista em 1993, não que tange a escolha do sistema de governo, possa ser antecipada, há discussão em relação ao sistema de governo presidencialista ou parlamentarista e alguns me perguntam: "Mas, Presidente, por que o senhor é parlamentarista?" E dentre outros vários motivos poderia pintar um deles: no sistema parlamentarista de governo, até por uma necessidade absoluta de permanência do Governo que está exercendo esta função, um tratamento de solidariedade entre o Congresso e o chefe do governo. Até porque o chefe de governo sai depois de uma composição a nível de Congresso, de uma maioria, que sustenta com uma base parlamentar majoritária, um programa de governo que vai ser implementado, ou seja, há uma relação de solidariedade entre o programa de governo capitaneado pelo Chefe do Governo e a maioria do Congresso Nacional que levou este chefe de governo a exercer essa função".

Vejam bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Presidente se queixa de que não está havendo um perfeito entrosamento entre a vontade do Executivo e a do Congresso Nacional. Sua Excelência gostaria de que o Congresso Nacional fosse solidário ao Presidente da República. Ora, isso não é compreender, com adequação, o papel do Congresso Nacional, em ser fiscal das atividades do Executivo, em ser solidário ao que diz respeito à defesa da coisa pública, em ser solidário na defesa dos princípios fundamentais que estão na Constituição brasileira, em ser solidário em fazer com que as esperanças da nacionalidade sejam efetivamente cumpridas. Mas vejamos o que diz o Presidente na análise do presidencialismo: "O presidencialismo — abrindo aspas para o Presidente Fernando Collor — é o contrário; no sistema presidencialista o que há é uma falta de solidariedade; no sistema presidencialista há sempre aqueles que jogam no quanto pior, melhor", isto é próprio da natureza humana, sobretudo no momento em que se aproximam as eleições e nem sempre o interesse público fala mais alto".

Ora, então fazer oposição significa que está se jogando no "quanto pior, melhor?" É preciso que o Presidente compreenda bem o que seja a democracia. Diz Sua Excelência aqui, prosseguindo:

"No sistema presidencialista, quando o quadro de dificuldades não está agravado, a situação está boa, há um natural posicionamento de segmentos importantes da política nacional de apoio ao governo. Mas acontece que, em momentos de céu claro, de céu de brigadeiro, nós não precisamos dos recursos ou dos apoios que normalmente necessitamos quando estamos voando com o céu com alguns CBs — cúmulos-nimbos — nos preocupando. Neste momento, precisamos do apoio de terra, precisamos de um serviço de radar eficiente, precisamos de um sistema de comunicação, precisamos da solidariedade. Isso, definitivamente, o sistema presidencialista não nos oferece. Ao contrário, no momento de dificuldades, em que nós mais necessitamos de um comportamento solidário

entre as diversas forças da Nação para superarmos essas dificuldades, é exatamente neste momento que o regime presidencialista faz com que deixe de haver esse tratamento solidário."

Ora, infelizmente o Presidente Fernando Collor de Mello não tem sido um bom exemplo para a defesa do sistema presidencialista. Na sua própria relação com o Congresso Nacional, quando quer fazer passar um projeto de lei ou os designios do Executivo, o que se nota é a atenção junto aos Congressistas, no sentido de que eles possam ter muitos de seus reclamos pessoais, ou de grupos que os apóiam, atendidos. E isso era algo que Sua Excelência tanto antes condenava.

Nos seus artigos recentes, denominados "Agenda para o Consenso", artigos que, segundo denunciou a imprensa tratavam, em verdade, de um plágio da contribuição intelectual do Embaixador José Guilherme Merquior, condenou o Presidente Fernando Collor o fisiologismo.

Mas será que aqui, no Congresso Nacional, tem Sua Excelência exercido de fato, a prática daquilo que seria a condenação do fisiologismo, do clientelismo? Não tem sido este o diagnóstico de que podemos dar nosso testemunho.

Diz o Presidente da República:

"No momento em que passamos hoje, com a questão da Previdência e as dúvidas que surgem quanto à questão dos números, este Governo não tem, absolutamente, nada a esconder, porque a este Governo não falta a coragem e a determinação, como disse, de enfrentar os problemas onde quer que eles estejam.

O que desejo, é... que sem conhecer o problema, enunciar uma posição contra ou a favor."

Ora, será que o Governo, efetivamente, nos deu a conhecer todos os números? Ainda hoje, pela manhã e início da tarde, o Presidente do INSS, José Arnaldo Rossi, ao ser demandado por mim próprio sobre o volume de recursos devidos a Previdência Social, seja do setor privado ou do setor público, daqueles que são inadimplentes, não pôde S. S^a de pronto responder a esta pergunta. Comprometeu-se, até por ser uma exigência regimental da Constituição, a nos dar essa informação. Aqui registro esse fato porque nos disse que até amanhã teríamos a informação da listagem dos contribuintes inadimplentes para com a Previdência, bem como o valor total de recursos devidos à Previdência que não foram pagos.

Essa é uma informação fundamental porque na hora em que o Governo nós diz que está com um déficit no que diz respeito ao orçamento da Previdência para 1992, na hora em que prevê que teremos, no orçamento da Previdência, da Seguridade Social, despesas no valor de 66 trilhões de cruzeiros para uma receita de 55 trilhões de cruzeiros, é necessário que saibamos o valor de recursos não pagos à Previdência Social e que são devidos, seja por empresas, seja por instituições públicas. Tipicamente essa é uma informação fundamental que o Congresso Nacional precisa obter no exame deste assunto. Seria extremamente importante que houvesse maior ética por parte do Presidente Fernando Collor de Mello na sua relação com o Congresso Nacional, na sua relação com a sociedade brasileira.

Infelizmente, faltaram momentos de procedimentos realmente éticos por parte do Presidente Fernando Collor de Mello, desde a sua campanha eleitoral. Sr. Presidente, acabaram por ter influência sobre toda a sua gestão e episódios de falta de ética como esse de enviar para a *Folha de S. Paulo*, para o *Jornal do Brasil* e para o *Correio Braziliense* uma sequência de artigos, que, depois se notou, se tratavam

de cópia ou que, pelo menos em boa parte eram fundamentados naquilo que já havia sido publicado como Programa do Partido do Social Liberalismo Brasileiro.

Depois de entrevista e declarações do ex-Senador e Deputado Roberto de Oliveira Campos e de depoimentos de muitos intelectuais, confirmou o próprio Presidente da República que se tratava basicamente de um texto do ex-Embaixador José Guilherme Merquior.

Era, obviamente, importante que do ponto de vista ético tivesse já o Presidente informado àqueles órgãos de imprensa sobre a falta de originalidade daqueles artigos. Claro que existe o aspecto do conteúdo propriamente da filosofia denominada social-liberal, que o Presidente da República passou a defender.

Fico até pensando como devem estar se sentindo os membros do PFL, do PRN, em especial do PRN, que, teoricamente ou na prática, se imaginavam como sendo do Partido do Presidente da República, que, agora, passa, sem muito aviso, a defender os princípios de um partido que, embora não inteiramente legalizado, já teve o seu programa registrado no *Diário Oficial*. É uma articulação política que me parece um pouco estranha.

Mas por que procedimentos éticos são importantes e acabam tendo repercussão pela vida política das pessoas por todo o tempo?

Nesses dias, a imprensa publicou que, em decorrência da divulgação de informações pelos órgãos responsáveis pela repressão, pelos órgãos de segurança, particularmente do Rio Grande do Sul e também em função de revelações de testemunhas e de documentos fotográficos, se revelou que aquilo que foi objeto de acusação do Presidente Fernando Collor de Mello durante a campanha eleitoral, enquanto candidato, sobre o comício de Caxias do Sul, foi totalmente montado. Não foi verdadeira essa versão do Presidente Fernando Collor de Mello e de seus principais porta-vozes e assessores. Inclusive, quando do comício de Caxias do Sul — comício esse que me foi relatado pelo Deputado Raul Ponte que esteve presente —, o que é que aconteceu naquele comício? Agora vieram à luz os fatos! Era estratégia daqueles que organizavam a campanha do então candidato Fernando Collor de Mello, quando não havia pressentimento de sucesso na campanha, procurar fazer algum movimento que chamasse a atenção da imprensa. Em Caxias estava programado um comício do afilado candidato, mas ele próprio e muitos dos principais convidados para o comício não apareciam; é porque havia pouca gente. Havia até pessoas que faziam oposição que estavam na praça olhando. Mas havia aqueles que eram, vamos dizer, contratados pela campanha de Fernando Collor para ali estar presentes e, inclusive, alguns contratados para organizar o que depois viemos a saber. Isso foi uma verdadeira provocação.

Houve quase uma guerra entre os partidários do então candidato e aqueles que eram contrários. Mas o que se soube e se sabe agora é que essa guerra toda foi provocada, preparada por aqueles que eram os partidários da campanha de Fernando Collor de Mello e por aqueles que foram contratados profissionalmente para provocar o distúrbio. E, naquele dia, muitos jornais brasileiros, muitos órgãos de comunicação, redes de televisão e, inclusive, o programa eleitoral do candidato Fernando Collor de Mello com a S^{ra} Belisa Ribeiro deram depoimentos e uma versão da história que foram inteiramente falsas. A S^{ra} Belisa Ribeiro, então, chorou, dizendo que os partidários do PT, da campanha de Lula estavam procurando

destruir a democracia, que esses eram os métodos violentos do Partido dos Trabalhadores.

Pois bem, agora sabe-se, pelos depoimentos dos próprios que organizaram aquela balbúrdia, pelos documentos fotográficos, que tudo aquilo foi forjado, que não foi o Partido dos Trabalhadores, seus filiados, seus simpatizantes que provocaram aqueles distúrbios.

Quero deixar aqui este registro. E gostaria que os órgãos de imprensa que, em especial naquela data, deram tanta ênfase ao que teria sido a violência do Partido dos Trabalhadores, de seus partidários, de seus filiados, corrigissem o que noticiaram. Seria muito importante que todas as emissoras pudessem, pelo menos em benefício da História, registrar qual foi a sua versão dos fatos àquela época e qual a versão verdadeira. Registro este fato porque é necessário que na vida política brasileira venhamos a defender melhor a ética; quando o Presidente da República pede solidariedade ao Congresso Nacional esteja certo que terá solidariedade no que diz respeito à ética no trato da coisa pública e na defesa da verdade. Se o Presidente da República diz que nada tem a esconder seria de bom alvitre que Sua Excelência reconhecesse agora o que foram os procedimentos anti-éticos daqueles seus partidários durante a própria campanha que o levou à Presidência da República.

O Sr. Mansueto de Lavor — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY — Com prazer ouço V. Exª

O Sr. Mansueto de Lavor — Quero voltar um pouco à parte anterior do pronunciamento de V. Exª, mas considerando importante esse fato. É preciso repor a história. V. Exª com esse pronunciamento está exigindo um direito que tem o seu partido, o Partido dos Trabalhadores, apontado como baderneiro naquele comício no Sul do País. Sabe-se, agora, que tudo aquilo foi uma montagem entre tantas outras feitas pela equipe de marketing político do então candidato e hoje Presidente da República. É preciso avaliar os fatos. Essa questão dos artigos assinados pelo Presidente Fernando Collor como pensador, como formulador de teorias políticas e propostas para o País, realmente deixa muito a desejar.

V. Exª é Senador, tem seus assessores e sabe o que os assessores da sua confiança podem fazer pronunciamentos que V. Exª apresenta como seus. Essa é uma característica da vida parlamentar e de todo homem público, não do político propriamente. O Papa, por exemplo, tem sua equipe de redatores de discursos, e os discursos que Sua Santidade fez no Brasil foram todos redigidos por assessores que procuravam estudar a realidade brasileira. É natural que discursos pronunciados pelo Presidente da República, como por deputados ou senadores, tenham a colaboração, direta ou indireta, de auxiliares da sua confiança. O que se espera é que esse pronunciamento seja específico para aquela pessoa, que haja a consciência. No entanto, o Presidente da República fez uso de escritos de um pensador considerado liberal — já falecido há mais de um ano — utilizou-se do produto intelectual das reflexões políticas desse embaixador — que, aliás, não eram do seu ramo. Inclusive, eram contestadas as posições políticas do Embaixador Merquior. Não estou tirando o seu valor. Era um homem brilhante, inteligente, fascinante até, para os que o conheciam, mas as suas idéias eram extremamente conservadoras. O liberalismo em si é a teoria que coloca o indivíduo acima da própria sociedade. Não sei como se inventou esse Partido do Social-Liberalismo, palavras que parecem

até contraditórias, em cima das idéias e até do texto do Embaixador José Guilherme Merquior. O fato é que José Guilherme Merquior não preparou, a pedido do Presidente Fernando Collor de Mello, esses artigos. Ele não foi o ghost-writer desses artigos do Presidente da República. Se o fora, nada; a partir do momento em que S. Exª os assina, passa a ser de sua responsabilidade. A não ser que houvesse uma sessão espírita e que o espírito do referido Embaixador tivesse baixado e dado esses artigos através do fenômeno que se chama psicografia. Daí, o Presidente Fernando Collor de Mello poderia alegar que tais artigos haviam sido escritos pelo Embaixador José Guilherme Merquior e que S. Exª os publicaria na imprensa como seus. O Embaixador escreveu essas colocações; essas formulações políticas estavam dentro de manuscritos seus, não poderia o futuro partido, ou o suposto partido do social-liberalismo copiar essa matéria toda, ou essas propostas políticas do Embaixador José Guilherme Merquior e as embutir no seu programa. E do programa do PSDB — não sei se está correta a sigla —, passar para os artigos do Presidente Collor de Mello. Houve, assim, uma transposição estranha, fugindo a essa norma e a essa prática de qualquer pessoa, principalmente os homens públicos, que não têm tempo de dedicar-se totalmente. Alguns escrevem, outros não escrevem. Às vezes temos assessores que estão realmente mais situados em certas áreas do que nós, mas há sempre um cunho político, há sempre uma colocação que precisamos ler, corrigir, formular, discutir. Sempre nos meus pronunciamentos, que são pobres os que tenho feito, há a colaboração de assessores, nunca a assinatura, nunca — digamos assim — o meu alheamento, para chegar aqui, ler e não saber o que leio. Gosto mais de fazer os discursos que pronuncio aqui; são poucos, são pobres, mas são meus.

O SR. EDUARDO SUPLICY — São muito bons, Senador Mansueto de Lavor.

O Sr. Mansueto de Lavor — Mas não recuso jamais o concurso de pessoas para que apreciemos e discutamos. Corrigo os eventuais erros de gramática. Isso é natural. Temos que reconhecer humildemente que não podemos, como homens públicos, estar a par de todos os segmentos que devemos tratar. Agora mesmo se discute a questão da Previdência, se esse projeto de lei é ou não o certo. Precisamos recorrer a assessores e não podemos negar esse direito — digamos assim — ao Presidente da República. Agora, o que a imprensa coloca realmente tem toda precedência. É que o Presidente não poderia convocar o Embaixador José Guilherme Merquior, a não ser por uma sessão espírita, por um processo de psicografia. Então, não há isso. E, ainda mais, sabe-se que aquele texto ou os textos dos seus pronunciamentos foram retirados de um texto do Embaixador Merquior, mas de um programa político que não o programa do Partido a que está filiado o Presidente da República. Vamos supor, Senador Eduardo Suplicy, que eu fizesse aqui um pronunciamento como sendo meu, e V. Exª e outros Senadores descobrissem que eu estava aqui lendo *ipsis literis* o programa do PT que é um programa extraordinário. Mas isso ficaria bem para mim? Não ficaria bem para V. Exª, que é filiado ao PT, que é cada do PT no Congresso Nacional, não ficaria bem se V. Exª sequer citasse que aquele era um texto do programa do PT. Não seria seu, nem de um assessor seu, mas seria da comunidade, da coletividade, da agremiação política a que V. Exª pertence, mas não propriamente seu, e nem ficaria bem para mim.

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Logo convidaria V. Exª para assinar a ficha de filiação...

O Sr. Mansueto de Lavor — Esse convite me é muito simpático e tentador, mas é preciso dizer que, realmente, o que é estranho é que eu fizesse aqui um pronunciamento citando como meu ou escrevendo nos jornais do País inteiro — não tenho esse espaço, precisa ser Presidente da República — artigos assinados de matérias, aqui a *Veja* comprova nesta edição, letra por letra, mudou uma palavrinha, onde tinha “com efeito” ele coloca “de fato” etc., coisas que não mudam a essência. A essência desses artigos está no programa do Partido do Social Liberalismo. E o Partido do Social Liberalismo que ainda praticamente não existe, não é o Partido do Presidente Collor. E ele se baseou, praticamente copiou as formulações políticas do Embaixador José Guilherme Merquior. Portanto, vir dizer agora que foi matéria feita por um colaborador... Esse colaborador está morto há mais de um ano, e, realmente, só se fosse por um processo espírita. Somente através de tal processo, que se chama psicografia é que poderia haver essa colaboração. Então, poderíamos dizer que o Presidente Collor tem assessores não só terrestres, mas até celestiais. Desejamos que o Embaixador esteja no céu, porque S. Exª merece realmente. Agora, na realidade, isso é estranho, porque se vê que aquilo que poderia ser uma agenda para um consenso, um tipo extraordinário, uma série de propostas para um consenso político, e ninguém duvida da importância desta proposta, foi inteiramente esvaziada, porque faltou credibilidade ao formulador. Por mais importante, por mais brilhantes que tenham sido estas propostas, se viu que não eram propostas originais, mas plagiadas de alguém que sequer pertence a este mundo. E não só plagiadas de um texto direto, mas se copiou via programa de um partido político, a que não está filiado o Presidente da República, e pelo qual ele não se elegera, porque ainda não existe formalmente. Então, tudo isso é lamentável, é muito estranho, e essa agenda para o consenso não servirá mais para nenhum diálogo entre o Presidente e os segmentos políticos conseqüentes deste País. Eu não creio que o partido de V. Exª vá discutir aquelas formulações, porque se sabe que não são formulações do Presidente, mas sim de um partido que sequer ainda existe legalmente, que não tem representação em nenhuma das Casas do Congresso. Para não me alongar mais, quero dizer da importância do pronunciamento de V. Exª e dizer da minha admiração pessoal ao trabalho e ao exercício do mandato de Senador da República que V. Exª exerce nesta Casa, dando-nos a honra de sempre o ouvir nesses oportuniíssimos pronunciamentos.

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Agradeço o aparte de V. Exª. Concorde com as observações que faz com relação ao procedimento do Presidente que, em verdade, fez com que a sua agenda para o consenso perdesse grande parte do impacto que, de outra forma, teria provocado caso tivesse feito o devido reconhecimento desde o início ao ex-Embaixador José Guilherme Merquior, ainda mais na medida em que a própria viúva registrou em depoimento que de fato houve o colóquio e a colaboração entre seu marido, José Guilherme Merquior, e o Presidente Fernando Collor.

Na verdade, faltou ética ao Presidente da República, e isso contribuiu inevitavelmente para o esvaziamento, para a diminuição do impacto e do valor que poderiam ter as suas proposições.

O Sr. Esperidião Amin — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Com muita honra, Senador Esperidião Amin, em um minuto apenas para concluir um pensamento.

Avalio que nas observações do Presidente Collor — e espero até amanhã voltar ao tema — há algumas contradições, em especial no artigo em que Sua Excelência detecta as grandes disparidades de riqueza, de renda existente no mundo, ao mesmo tempo, alardeando as vantagens do capitalismo e fazendo a defesa do social liberalismo, como que está a exigir das nações do Primeiro Mundo procedimentos, atitudes que, internamente, Sua Excelência próprio não tem levado adiante, ou seja, não vemos consistência, compatibilidade nas suas ações domésticas com respeito àquilo que prega no conteúdo dos seus artigos.

O Sr. Esperidião Amin — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Ouço, com prazer, o aparte do nobre Senador Esperidião Amin.

O Sr. Esperidião Amin — Senador Eduardo Suplicy, quero, antes de mais nada, dizer a V. Exª que fiquei um pouco frustrado ao ouvir o seu pronunciamento. V. Exª tratou três tópicos. Respeitando o princípio que um aparte deve ser conciso, também sê-lo-ei. Primeiro, imaginei que V. Exª fosse ocupar a tribuna hoje para tecer algumas considerações sobre matéria veiculada na imprensa nacional no que diz respeito ao laudo, do Instituto Adolfo Lutz, que suponho que seja definitivo, sobre a famosa merenda que V. Exª já falou sobre o assunto como se fosse uma solução definitiva que apenas 2% das 200 toneladas estavam estragadas. Leio, na imprensa de hoje, que 90% estava em condições de uso, segundo o Instituto Adolfo Lutz...

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Acho que V. Exª está lendo erradamente.

O Sr. Esperidião Amin — A notícia está diante de mim.

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Ela não fala em 90%.

O Sr. Esperidião Amin — “Vinte e três dos 25 itens que foram malbaratados pela Prefeitura de São Paulo estavam em boas condições de uso.” Então, seriam 90%, ou 90 toneladas, 23 em 25 itens. Imaginei, sinceramente, que V. Exª fosse abordar esse assunto, até pela relevância social do mesmo, em tempos de crise como os que vivemos. Mas, certamente, não haverá de faltar oportunidade para que V. Exª, que tem umbilical interesse, figadal interesse, e quase que telúrico interesse na matéria, esclareça a todos nós, até em defesa da moralidade, tantas vezes feita dessa tribuna, da Administração Municipal de São Paulo, colocada mais do que sob suspeita, mas agredida, principalmente pela parte final da notícia de hoje, que diz que o Secretário de Abastecimento não afastou as pessoas envolvidas no assunto porque considerou a suposta decisão da Prefeita como precipitada. Tenho certeza de que não faltará oportunidade para isso, mas não posso esconder a minha frustração. O segundo ponto abordado por V. Exª é a respeito dos artigos. Endosso o que disse aqui o Senador Mansueto de Lavor, participando, também, da restrição que V. Exª fez à modéstia de S. Exª, que é um virtuoso da gramática e tem-nos brindado sempre com pronunciamentos quase que exemplares, sob todos os aspectos, incluindo o aspecto da forma. Mas gostaria que V. Exª fosse um pouco mais condescendente com o Presidente Fernando Collor de Mello nesse tremendo escorregão que a Presidência da República, como

um todo, cometeu. Sem dúvida alguma, houve um grave escorregão. V. Exª já imaginou se os textos do Presidente do seu Partido, Luís Ignácio Lula da Silva, fossem iguais ao que ele fala? Sempre aparece uma mão caridosa para retocar. Aliás, são bons textos, eu até os cito às vezes. Por exemplo, cito sempre a página 13 do Programa de Governo Alternativo do PT, que é a página nobre, pois o número do Partido é 13. Lá está a equivalência preço/produto, e também não há nenhuma indicação a autor possível de uma experiência tal. O autor é o Estado de Santa Catarina, porque experimentou aquilo e fez funcionar. No entanto, não há nenhuma citação no Programa de Governo Alternativo do PT. Mas, pelo menos, aparece alguma mão caridosa que retifica o que o nosso Líder — que respeito, tenho até afeição pessoal por ele —, Luís Ignácio Lula da Silva, diz. Lá não está escrito “menas” produção; lá está escrito, em bom português, “menos” produção. Sempre aparece uma mão caridosa. O problema do Presidente Fernando Collor é que a mão caridosa que deveria socorrê-lo se escondeu na hora do aperto. Finalmente, quanto aos incidentes de Caxias do Sul — e acho que muito melhor do que eu pode falar um filho da terra onde ocorreu, que o Senador Pedro Simon, que acaba de chegar —, também gostaria de pedir que ausculte a Administração Municipal do PT. No caso, a Administração Municipal do PT de Porto Alegre, que, segundo informação da imprensa do Rio Grande do Sul, continua contratando os préstimos da empresa de serviço de segurança que teria fornecido a mão-de-obra para aquele incidente do comício, como tem feito desde que o Prefeito Olívio Dutra assumiu. Veja bem! Parece que se trata de mão-de-obra especializada da qual o PT não abre mão. Eles são os guardiões de todos os eventos públicos que a egre promove. A mesma empresa! E o dono da empresa votou no Lula, segundo declaração atribuída a ele mesmo e que consta do Jornal Zero Hora. Então V. Exª vê que a língua é o chicote do corpo. Devemos tomar muito cuidado ao fazer uma acusação, porque, de repente, ela bate em nós mesmos. E, neste caso, confio que tanto a Administração de São Paulo, do seu Partido, quanto a de Porto Alegre, também do PT, saberão esclarecer: uma, o caso da merenda; a outra, o caso do continuado uso dessa mão-de-obra, que não pretendo indulgenciar, absolutamente. Acho que devem ser apurados, e parece que já estão sendo apurados. Mas já se sabe que há três anos que eles guarnecem até o carnaval de Porto Alegre. Essa é a notícia que circula. Ou seja, parece que o PT, ao invés de condenar a prática, a adquiriu, pelo menos por locação de mão-de-obra, prática, aliás, que o Deputado Chico Vigilante vive a criticar. Era este o meu comentário.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Senador Esperidião Amin, compraz-me saber que o PDS tem um valoroso defensor e um potencial competidor extremamente atento e vigilante neste Senado Federal. Aliás, não é a primeira vez que V. Exª mostra o uso de sua aguda inteligência com o objetivo de já...

O Sr. Esperidião Amin — Pensei que V. Exª também fosse me convidar para me filiar ao PT. Só o Senador Mansueto é que merece? Há alguma restrição?

O SR. EDUARDO SUPLICY — ...se estar debatendo numa possível campanha eleitoral, no caso, em São Paulo. Deixe-me pensar alto uma coisa que me veio à reflexão, de pronto, logo nos primeiros segundos em que V. Exª trouxe o assunto à baila. Às vezes, ouço de pessoas amigas que o Senador Esperidião Amin seria, dentro do PDS, um fêrrão

adversário de seu companheiro e Presidente de Partido, Paulo Salim Maluf. Mais é mais, percebo em suas ações que, na verdade, o Senador Esperidião Amin é um atento soldado do PDS. E se, porventura, rivalidade houver — e é justo que possa haver, porque ambos são potencialmente candidatos à Presidência da República em 1994. Então, é natural que possa haver essa divergência, e ouço falar que, por vezes, há —, ela não é perceptível na prática, porque, na verdade, a cada momento, percebo que o Senador Esperidião Amin é um soldado atentíssimo do PDS neste plenário. Basta haver qualquer notícia relativamente ao que eventualmente acontece com o PT nacionalmente mas, particularmente, na Capital de São Paulo que, de pronto, S. Exª traz aqui. Eu não tive tempo, é fato — porque, ontem, precisei tratar de muitos outros assuntos — de saber qual a resposta completa do Secretário de Abastecimento, João Carlos Alves — que, aliás, está deixando o governo da Prefeita Luíza Erundina para ser candidato a vereador em São Paulo, ele que foi líder do governo quando eu fui vereador na Câmara Municipal de São Paulo —, mas ele, certamente, terá a resposta adequada, que farei questão de registrar aqui, procurando esclarecer.

Mas folgo em ver a atenção do Senador Esperidião Amin com respeito à seriedade com que deve ser tratada a coisa pública no Município de São Paulo, ou em Porto Alegre, ou em Florianópolis, ou no Brasil. Imagino que interessante seria se, com a mesma energia, estivesse também o Senador Esperidião Amin aqui somando vozes às questões de mau trato da coisa pública que, por vezes, ocorre ao nível do Governo Federal. Sei que o Senador Esperidião Amin tem aqui dado mostras — e sou testemunha — de sua independência, da seriedade com que muitas vezes trata a coisa pública. Mas o ímpeto de criticar a Prefeita Luíza Erundina, por vezes, é incomparavelmente maior do que o de criticar o trato da coisa pública, como, por exemplo, a contratação, por notória especialização, de mais uma empresa pelo INSS, no valor de 100 milhões de cruzeiros. Quer dizer, mais um exemplo. Ora é a Empresa Masters, cujo contrato feito pelo Ministério da Saúde é de 18 bilhões. Este Governo, na verdade, exagera na contratação desse serviço por notória especialização, por licitações inadequadas, ou, às vezes, até por licitações, quando realizadas, que não são propriamente um exemplo de trato adequado da coisa pública. Também sinto-me com a responsabilidade de procurar o esclarecimento para dar-lhe a resposta devida sobre os fatos de Porto Alegre. Mas, o que realmente sinto — não decepcionado, ao contrário como algo estimulante — é que tenho aqui no Senado Federal uma pessoa extremamente atenta com respeito a tudo o que ocorre com o Partido dos Trabalhadores. Queria ressaltar, sim, considero extremamente importante que qualquer Chefe de Estado, qualquer Presidente da República, Presidente de Partido ou Senador ou Deputado possa valer-se de assessores para melhor redigir seus pronunciamentos. Esta é uma prática adequada e normal na vida pública.

Gosto muito de redigir meus próprios pronunciamentos, mas, quantas vezes, dado ao volume de tarefas que temos, sinto-me também obrigado a recorrer aos meus assessores. Eu até gosto mais de falar assim, livremente, mas é importante termos a assistência de nossos assessores.

Que bom que o Presidente Luís Ignácio Lula da Silva tenha bons assessores que o ajudam, obviamente, para que possa melhor elaborar os seus artigos. Mas, o caso em pauta, Senador Esperidião Amin, não é aquele que V. Exª quis aqui tratar.

Gostaria até de assinalar que acompanho, há anos, desde meados dos anos 70, a extraordinária evolução cultural, a extraordinária capacidade do alto didatismo de Luís Ignácio Lula da Silva, que hoje sabe, perfeitamente, que é mais adequado falar "menos" do que "menas", embora, muitas vezes, até, fale "menas" como uma forma de brincar sobre as críticas que lhe fazem sobre o uso incorreto da palavra menos. E Lula tem demonstrado — e isso o povo brasileiro reconhece — a sua capacidade de assimilação de conhecimentos, inclusive no aprendizado da nossa língua vernácula. Muitas vezes pode até cometer erros, nós mesmos aqui, às vezes, podemos cometê-los.

O Sr. Esperidião Amin — Se V. Exª me permite, sei que inglês ele fala perfeitamente.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Infelizmente, até hoje Lula não teve oportunidade de ter o aprendizado que gostaria em inglês. Então, muito teria por aprender.

O Sr. Esperidião Amin — Vinte viagens ao exterior o ano passado, Senador!

O SR. EDUARDO SUPPLY — Convidado sempre e não conseguindo dar conta de todos os convites que lhe fazem os mais diversos partidos e organizações políticas, inclusive de Chefes de Estado. Obviamente, alguém que tenha recebido 31 milhões de votos dos brasileiros, que por pouco não se sagrou Presidente da República, isso, em grande parte, em função de formas inadequadas, inclusive pouco éticas, de tratar da verdade. Por tudo isso ele não foi ainda eleito Presidente, mas, Senador Esperidião Amin, esteja certo V. Exª de que, seja V. Exª o candidato à Presidência, seja o ex-Deputado, hoje Presidente do PDS, Paulo Salim Maluf, seja o Ministro Jarbas Passarinho, seja qual for o candidato do PDS, pode ter a certeza que encontrará em Luís Ignácio Lula da Silva um dos mais fortes candidatos à Presidência da República. Esteja certo também de que Lula, em 1994, estará muito melhor preparado, inclusive em seus conhecimentos, do que em 1989.

Folgo em saber que é graças, exatamente, a essa perspectiva que o Senador Esperidião Amin tem aqui tanta motivação para pontuar com críticas, que considero bem-vindas, porque é assim que se faz o debate na vida pública, ao representante do PT no Senado Federal. Fico animado com o desafio que vejo e continuarei tendo pela frente, mas, sabendo sempre distinguir aspectos positivos da atuação de meus adversários.

Informo a V. Exª, Senador Esperidião Amin, que fiz questão, na semana passada, visitando a Vila de Pescadores de Picinguaba, de transmitir a eles o conteúdo do projeto de lei pelo qual V. Exª se empenhou e fez questão de registrar o empenho de V. Exª, dizendo do histórico daquele projeto que foi do Senador Konder Reis, para aquela comunidade de pescadores, numa escola estadual.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — Nobre Senador Eduardo Suplicy, V. Exª já excedeu em 35 minutos no seu discurso.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Sr. Presidente, eu ia falar pouquinho, mas o Senador Esperidião Amin animou-me.

O Sr. Esperidião Amin — Agora que estava ficando bom o seu discurso!

O SR. EDUARDO SUPPLY — Fiz questão de registrar, reconhecendo o mérito de meu adversário, pelo qual tenho o maior respeito, que é o Senador Esperidião Amin.

O Sr. Pedro Simon — V. Exª me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPPLY — Com prazer, ouço V. Exª

O Sr. Pedro Simon — Senador Eduardo Suplicy, eu, como V. Exª, sou um grande admirador do Senador Esperidião Amin. Acho que S. Exª, durante todo o ano passado e nesta primeira sessão de início de ano, vem mantendo uma atitude de brilho, de capacidade e de competência.

Veja, através do pronunciamento de V. Exª, que esse estilo e ação do Senador Esperidião Amin já é de candidato à Presidência da República. É o que V. Exª está dizendo. Temos que ver, agora, o debate dele com o nosso amigo Lula, debate de candidato com candidato.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. EDUARDO SUPPLY EM SEU DISCURSO.

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA FERNANDO COLLOR EM SOLENIDADE DE DESESTATIZAÇÃO DA EMBRAER — PALÁCIO DO PLANALTO

Senhores Ministros de Estado, Senhores Oficiais Gerais da Aeronáutica que integram o alto Comando desta Força, Senhores Oficiais, Senhores Secretários de Governo, Senhor Presidente da Embraer, Senhor Presidente do BNDES, Senhoras e Senhores,

O ideal que nos trouxe até aqui, acalentado por uma geração de brasileiros foi o ideal da liberdade, foi o ideal da modernidade, foi o ideal da prosperidade e da busca do bem-estar para todos os brasileiros.

Depois de quase 30 anos, o Brasil teve..., a nação brasileira teve o seu reencontro foi marcado por um despertar de expectativas, foi marcado por um acordar de esperanças.

A campanha eleitoral de 1989, trouxe além de idéias, uma firme disposição de traduzi-las na prática.

O processo de modernização da economia, o processo de redefinição do papel do estado não se consubstancia apenas num programa como este de desestatização ou de privatização, esta é uma vertente importante, mas não a única.

Nós temos enormes problemas a resolver, dificuldades sem conta a solucionar, e como todos os senhores sabem, não nos falta nem nos faltará, em nenhum instante, absoluta disposição de enfrentar todos os problemas, de encarar todas as dificuldades, porque nós estamos movido pela boa fé, pela reta intenção, e sobretudo pela certeza que nós temos de estarmos todos percorrendo o caminho que nos levará ao objetivo maior deste governo, que é de trazer à sociedade brasileira, a justiça social que todos nós acalentamos, e a modernidade que todos nós desejamos não significa somente melhoria de competitividade, não significa apenas aumento do grau de eficiência da nossa economia, não significa apenas resultados melhores na nossa balança comercial. Modernidade significa sobretudo comida na mesa do trabalhador, do povo brasileiro, significa mais emprego, melhores salários, significa maior bem-estar social para todo o conjunto da sociedade brasileira.

Acontece, que para nós chegarmos a este ponto, nós precisamos redefinir qual o papel do estado no momento de tantas transformações, quem vêem ocorrendo no mundo. Nós precisamos saber, a que o estado vai se propor nesta quadra tão..., que traz tantos ensinamentos para todos nós,

a nível mundial e é exatamente neste momento em que redefinimos o papel do estado no Brasil, que se inclui, a necessidade de um processo de desestatização, de modo a liberar o estado brasileiro para fazer investimentos em áreas essenciais, sem que nós percamos as grandes conquistas que nós já alcançamos, fruto do talento, da competência, do extremo profissionalismo, da nossa gente, do nosso povo e especificamente no caso que nos traz hoje a esta solenidade da Embraer, concedida e idealizada pela Força Aérea Brasileira.

Ninguém mais do que eu tem pela Embraer, e todos os senhores Oficiais Gerais do Alto Comando e o Senhor Ministro sabe disso, talvez ninguém mais do que eu ou seguramente tanto quanto eu, no máximo, tem pela Embraer, ou sente pela Embraer, im grande orgulho, tenho por aquela empresa um enorme carinho e é exatamente por ter este apreço, por ter..., por reconhecer na Embraer, uma empresa que tanto trouxe ao Brasil, tanto incorporou ao nosso país novas tecnologias e que continua nos orgulhando a todos, é que nós chegamos a conclusão de que para que a Embraer continue a prosperar, para que ela continue a ser pioneira, como vem sendo até agora, para que ela continue a desbravar novas sendas com a agregação de novas tecnologias, e formulação de novos produtos que venham a parcar a presença do Brasil nos céus de todo esse universo, é que nós necessitamos, tomar esta decisão de incluí-la no processo de desestatização para que ela tenha os recursos necessários para alavancar esta nova fase qualitativa que ela sem dúvida irá ingressar a partir do momento do seu processo de privatização.

Quero agradecer ao Ministro da Aeronáutica, agradecer aos Oficiais Gerais desta força pela visão ampla e profunda que têm do processo de mudanças e transformações porque passa o país neste momento, na decisão que o alto comando tomou dentro do processo de desestatização de incluir a Embraer dentre as empresas que sofreriam o processo de desestatização.

Pela percepção correta que tiveram, de que este é o melhor caminho que nós temos que seguir, para chegarmos a aquele ponto que nós desejamos, de ter uma Embraer que preste serviços, porque ela não pode deixar de continuar a ser o esteio da nossa força aérea, ela deverá continuar a prestar os serviços indispensáveis que a força aérea necessita para a sua operação normal e ela terá que fazer muito mais do que isso porque eu não tenho dúvida de que todos esses projetos que já foram iniciados e não desenvolvidos por falta de recursos começarão a sê-lo a partir do momento em que o capital privado começar a participar do seu quadro de acionistas.

É também de se ressaltar a exemplaridade com que o Ministério da Aeronáutica, vem se posicionando diante do processo de desestatização, diria mesmo, que de uma forma mais avançada e mais eficiente do que outras áreas civis. Aí está o exemplo da Celma, a Celma que era uma empresa vinculada ao Ministério da Aeronáutica, seria a primeira, e foi a primeira empresa a ficar em condições de ser privatizada, apenas a nossa alternativa foi a de colocar em primeiro lugar, a Usiminas, mas o fato de a Celma ter sido a primeira a estar literalmente pronta para o processo de privatização significa o que? Que de todas aquelas elencadas na primeira fase do processo de desestatização, era a que estava melhor organizada, era a que estava em melhores condições, tinha uma apuração contábil, e isso naturalmente conta ponto, para as nossas forças armadas, especificamente nesse caso, para a nossa Força Aérea Brasileira, portanto, eu gostaria de me congratular com todos os integrantes da Força Aérea, porque

tenho certeza de que a decisão que hoje nós estamos tomando, é uma decisão que vai fortalecer e robustecer a nossa Embraer e vai fazer com que ela continue sendo um orgulho de cada um de nós brasileiros, a fazer com que a presença da Embraer no mundo seja cada dia mais afirmativa e marcante.

Meus cumprimentos também ao Ministério da Economia, ao Senhor Ministro e ao Presidente do BNDES e sua equipe, pela forma como vem conduzindo esta iniciativa que faz parte do Programa de Modernização do Estado Brasileiro.

Os problemas que nós tivemos que enfrentar e resolver, todos conhecem, todos conhecem, eu acredito que na nossa história recente não tem havido nenhum governo que esteja sempre tão aberto ao diálogo, tão aberto a conversa franca e aberta, tão aberta a conversa franca e cristalina, desobstruída como este Governo.

Nunca um governo se dispôs tanto a ser fiscalizado quanto este, nunca, nenhum governo teve que defender, ou defender-se de dúvidas e ataques como este na história recente brasileira.

As instituições funcionam plenamente, o Congresso robustecido por ter readquirido as suas prerrogativas, o Judiciário cada vez mais vigilante, o Executivo trabalhando e promovendo as reformas, que a sociedade brasileira aprovou nas urnas em 1989 em duas oportunidades, as instituições funcionando plenamente, e o país hoje podendo ter uma visão mais bem delineada do seu futuro.

Tudo isso serve apenas para que nós exaltemos o processo de consolidação democrática do nosso país, essas dificuldades são inerentes ao próprio processo, essas dificuldades estão aí para serem superadas, e nós queremos demonstrar com isso que o governo continua inteiramente como disse há pouco, disposto, aberto e em posição para conversar, dialogar, estabelecer canais sempre fluidos, de contatos com a sociedade civil e com o estamento político desta nação, porque o nosso desejo, a nossa intenção, não é de desunir, ao contrário, é de unir, de unir todas as forças desta nação para compartilharmos as soluções que vamos retirar do momento de dificuldades porque passamos. Esta é uma das questões que eu me permitiria levantar neste momento.

Vem aí a questão do sistema de governo. É previsto para 1993, em data ainda a ser confirmada, proque me parece há uma emenda tramitando no Congresso para fazer com que a reforma Constitucional prevista em 1993, no que tange a escolha do sistema de governo, possa ser antecipada, há discussão em relação ao sistema de governo presidencialista ou parlamentarista e alguns me perguntam: "mas Presidente por que o senhor é parlamentarista?", e dentre vários outros motivos eu poderia pintar um deles, num sistema parlamentarista de governo, há até por uma necessidade absoluta de permanência do Governo que está exercendo esta função, um tratamento de solidariedade entre o Congresso e o Chefe de Governo. Até porque o Chefe do Governo sai depois de uma composição a nível de Congresso, de uma maioria, que sustenta com uma base parlamentar majoritária, um programa de governo entre o programa de governo, captaneado pelo Chefe de Governo e a maioria do Congresso Nacional que levou este Chefe de Governo a exercer esta função.

O Presidencialismo é o contrário, no sistema presidencialista, o que há é uma falta de solidariedade, no sistema presidencialista há sempre aqueles que jogam no "quanto pior melhor", isto é próprio da natureza humana, sobretudo no momento em que se aproximam as eleições e nem sempre o interesse público fala mais alto.

No sistema presidencialista; quando o quadro de dificuldades não está agravado, a situação está boa, há um natural posicionamento de seguimentos importantes da política nacional de apoio ao governo, mas acontece que em momentos de céu claro, de céu de brigadeiro, nós não precisamos dos recursos ou de apoios que normalmente nós necessitamos quando estamos voando com um céu, com alguns CB? Nos preocupando, neste momento nós precisamos do apoio de terra, nós precisamos de um serviço de radar eficiente, nós precisamos de um sistema de comunicação, nós precisamos de solidariedade e isso definitivamente o sistema presidencialista não nos oferece, ao contrário no momento de dificuldades em que nós mais necessitamos de um comportamento solidário entre as diversas forças da nação para superarmos estas dificuldades, é exatamente neste momento que o regime presidencialista faz com que deixe de haver este tratamento solidário.

Por isso que, no momento em que nós hoje passamos com a questão da Previdência Social, e as dúvidas que surgem quanto a questão dos números, este Governo não tem absolutamente nada a esconder, porque a este Governo não falta a coragem e a determinação como disse, de enfrentar os problemas onde quer que eles estejam, o que eu desejo é... que sem conhecer o problema, enunciar uma posição de contra ou a favor.

A situação da Previdência é uma situação de extrema dificuldade, sempre foi, é como disse em outros momentos..., na semana passada aqui, eu não tenho a menor dúvida de que a concessão desse reajuste de 147% se estendendo a todo o conjunto dos aposentados e aí não vou fazer exame de mérito da questão de se os benefícios são altos ou são baixos, mas simplesmente analisar a questão de fundo, que é a possibilidade da Previdência arcar com isso ou não, se isso for estendido, a Previdência Social não sobreviverá. A extensão desse pagamento fará com que de uma vez por todas, fique sepultada a Previdência Social neste país. Esta é a verdade, os números estão aí à disposição de todos. Já determinei aos Ministros envolvidos nesta questão que abram todos os livros, que vão ao Congresso Nacional, aos sindicatos, onde quer que sejam chamados, para mostrar a situação da Previdência.

Quando da discussão das propostas de emenda à Constituição nós levantamos a necessidade de uma profunda revisão do Sistema Previdenciário Nacional, e naquela oportunidade, vozes aqui e acolá se levantavam e diziam: "não, este não é o momento de discutir", e nós insistíamos em discutir e insistimos em discutir esse problema, o Governo não quer impor nenhum tipo de solução, ao contrário, ao Governo cabe sim, liderar o processo de discussão, porque nós estamos manejando com números, e estamos vendo onde estão as dificuldades, e cabe a nós alertar onde essas dificuldades se encontram, para que todos possam discutir e debater, e aí é que nós lançamos e que nós estabelecemos como uma prioridade interna do Governo a proposição da agenda para o consenso. O que significa agenda para o consenso? Agenda para o consenso significa a necessidade que o Governo enxerga de que nós todos, a sociedade brasileira, consensualmente escolha os caminhos que nós todos devemos trilhar para atingir alguns objetivos que a sociedade brasileira entende como prioritários para este momento da vida nacional.

Então, todos nós concordamos de que temos que lutar para que a inflação acabe, que temos que lutar para acabar com as desigualdades sociais, que temos que lutar para melhorar o salário real para os trabalhadores, que temos que lutar

para aumentar o número de empregos em todo o país, de que precisamos de maiores investimentos para atingir níveis de crescimento compatíveis com a necessidade da Nação brasileira, enfim, esses são alguns dos objetivos que eu diria a sociedade brasileira concorda, serem grandes objetivos ou grandes metas.

Então, para atingirmos essas metas, é que nós precisamos estabelecer o consenso, e aí vem a proposição da agenda para o consenso. Vamos todos nos sentar, o Governo não deseja e vem demonstrando isso na prática, não deseja impor qualquer tipo de solução, até porque isso se contrapõe ao princípio democrático que inspira todas as nossas ações, o que nós desejamos é o debate, o que nós desejamos é a discussão dos problemas nacionais, o que nós desejamos é o diálogo, e o Presidente da República, mais uma vez, reafirma não somente esse seu compromisso, em manter os canais inteiramente desimpedidos de diálogo entre o Executivo e os demais setores ou seguimentos da sociedade brasileira, para que nós possamos, de uma forma solidária, conjunta, buscar a unidade mínima necessária para enfrentarmos os problemas que temos adiante de nós, e isso se faz com solidariedade, isso se faz com espírito público, isso se faz com ideal. O que está em jogo, não é um partido hábil, eu sei, político, o que está em jogo é o país.

Se cada um de nós brasileiros, tiver um coração verde e amarelo, tiver respeito aos nossos valores maiores, se tiver amor por esta pátria, cabe aceitar este convite, esta reflexão para que nós possamos nos encontrar num espaço comum e que nesse espaço comum, nós possamos lançar as bases, fincar as bases para soerguer o Brasil e para fazer deste país, um país digno do seu povo, digno da nossa gente, digno sobretudo das gerações futuras que se seguirão a nós.

Senhores Ministros de Estado, Senhores Oficiais Gerais, Senhores Presidentes do BNDES e da Embraer, os meus cumprimentos porque este instante e este momento, marca de uma forma definitiva e decisiva o caminho que o Brasil optou seguir, o caminho da modernidade, o caminho da redenção da sociedade brasileira naquela área ou naquele setor em que ela mais se vê penalizada, que são os desfavorecidos e os desassistidos pelo processo de desenvolvimento que o Brasil alcançou e que não repartiu convenientemente os benefícios deste mesmo processo.

Parabéns à nossa Força Aérea Brasileira, parabéns ao grupo que coordena o processo de desestatização do Governo Federal.

Muito obrigado a todos.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Almir Gabriel — Amazonino Mendes — Amir Lando — Dirceu Carneiro — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves — Gerson Camata — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Hugo Napoleão — José Paulo Bisol — José Richa — Júlio Campos — Márcio Lacerda — Meira Filho — Odacir Soares — Raimundo Lira.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — A Presidência lembra aos Srs. Senadores, membros da Comissão Representativa do Congresso Nacional, que amanhã, às 11h, neste Plenário, haverá reunião daquela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — A Presidência convoca os Srs. Senadores para a sessão ordinária a realizar-se amanhã às 14h30min, neste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 10 minutos.)